

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 13

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PF e receita dismantelam esquema bilionário do PCC 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Investigação impacta Faria Lima 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Megaoperação atinge PCC e mira fintechs 6

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Crime organizado está bancarizado; ninguém precisa de paraíso fiscal" 8

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Maior operação contra o PCC atinge Faria Lima e setor de combustíveis 9

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fintech BK Bank tem R\$ 17,7 bilhões sob suspeita e é apontada como "banco do PCC"
..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

BNDES avalia suspender dívida de afetadas por tarifa 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Megaoperação contra esquema do PCC atinge Faria lima 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fake news do Pix ajudou crime organizado 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Contaminação" da Faria Lima é pontual, diz Receita 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PCC comprou usinas e fez empresários "reféns", diz denúncia 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Conivência do Congresso abriu brechas ao crime organizado 20

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reag foi de R\$ 25 bi para R\$ 341 bi em cinco anos - PIPELINE 22

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Crime organizado se infiltra em fintechs não reguladas 24

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fintech terá mesma regra que banco na Receita	26
COMBATE RACISMO AMBIENTAL - RJ - NOTÍCIAS ANFIP	
A reforma administrativa tá chegando. E agora? Por Sérgio Botton Barcellos	27
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL	
Pejetização, atraso e modernidade - CELSO MING	31
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL	
Contas do governo têm pior resultado desde 2020, com déficit de R\$ 59,1 bi	32
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL	
Pressão em benefícios deve impor bloqueio de R\$ 5 bi	34
G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL SEGURIDADE SOCIAL	
PF investiga fraude milionária no seguro-defeso no Amapá	35
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Setor público tem déficit de R\$ 66,6 bilhões e dívida sobe para 77,6% do PIB em julho, segundo BC	36
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SERVIDOR PÚBLICO	
Servidor tem de ganhar no máximo teto e ser avaliado, mostra pesquisa	37
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Mudanças no PL da isenção do IR podem trazer mais déficits (Editorial)	38
FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Alinhamento de obrigações acessórias como pilar de eficiência da reforma tributária	40
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Fraudes no setor de combustíveis causam prejuízo de R\$ 29 bi por ano	41
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
PL do devedor contumaz terá trava contra uso de laranjas" em óleo e gás	43
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Pagamento de precatórios leva a rombo de R\$ 59 bi	45

PF e receita desmantelam esquema bilionário do PCC

A Polícia Federal lançou, ontem, "uma das maiores operações" contra o crime organizado da história do país, para desarticular um vasto esquema de lavagem de dinheiro envolvendo postos de combustíveis em oito estados. A gigantesca rede de fraude e lavagem de dinheiro, na qual supostamente o Primeiro Comando da Capital (PCC), uma das maiores facções criminosas do país, teve um papel central, utilizou fintechs e cerca de 40 fundos de investimento para ocultar ativos. As forças de segurança cumpriram 350 mandados de busca e apreensão, entre indivíduos e empresas, em dez estados do país, e 14 mandados de prisão. Seis pessoas foram presas. Entre os alvos, 42 estão na Faria Lima, um dos mais importantes centros financeiros do país.

O esquema movimentou R\$ 52 bilhões entre 2020 e 2024 em mais de 1.000 postos de combustíveis em todo o país. Além disso, controlava quatro refinarias e mais de 1.000 caminhões que transportavam combustível, geralmente adulterado. É "uma das maiores operações da história contra o crime organizado, sobretudo em sua atuação no mercado legal", disse o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, em uma coletiva de imprensa em Brasília. Ao todo, 1.400 agentes participam da operação no país.

O grupo havia criado uma rede que incluía toda a cadeia de combustíveis, desde a importação, produção, distribuição e comercialização até o consumidor final, "até os elos finais de ocultação e blindagem de patrimônio, via fintechs e fundos de investimento", afirmou a **Receita Federal**, um dos órgãos que integram a megaoperação nacional. A Receita diz que já identificou ao menos 40 fundos de investimentos (multimercado e imobiliários), com patrimônio de R\$ 30 bilhões, controlados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC).

Segundo o órgão, as operações aconteciam justamente no mercado financeiro de São Paulo, por integrantes infiltrados na famosa Faria Lima. Esses fundos de investimentos foram utilizados como estruturas de ocultação de patrimônio, afirmam os auditores federais. A **Receita Federal** afirmou, ainda, que esses 40 fundos são fechados com um único cotista, geralmente com outro fundo de investimento, criando camadas de ocultação do dinheiro criminoso.

governo

O ministro da Economia, Fernando Haddad, referiu-se a um mecanismo "muito sofisticado" que exigiu "decifrar o caminho do dinheiro", durante a coletiva de imprensa. "Essa operação é exemplar, porque ela conseguiu chegar na cobertura do sistema, no andar de cima do sistema", afirmou. Segundo o ministro, o esquema utilizado pelo crime organizado era altamente sofisticado do ponto de vista financeiro, com "muitas camadas" de proteção que tiveram de ser abertas pela atuação conjunta da **Receita Federal** e órgãos de segurança pública.

Haddad afirmou ainda que as fintechs, instituições de pequeno porte que prestam serviços financeiros, serão enquadradas formalmente como instituições financeiras pela **Receita Federal**. "A partir de amanhã (hoje), a **Receita Federal** enquadra as fintechs como instituições financeiras", afirmou o ministro. "(Elas) terão que cumprir rigorosamente as mesmas obrigações que os grandes bancos."

Com isso, aumenta o potencial de fiscalização da Receita e a parceria da Receita com a Polícia Federal para chegar aos sofisticados esquemas de lavagem de dinheiro que o crime organizado tem utilizado. O ministro afirmou que será divulgada uma nova instrução normativa da Receita. Com o enquadramento, o órgão terá mais facilidade de identificar movimentações financeiras atípicas e denunciar possíveis esquemas de lavagem de dinheiro à Polícia Federal.

"A população em todo o país assistiu hoje à maior resposta do Estado brasileiro ao crime organizado de nossa história até aqui. Em atuações coordenadas que envolveram Polícia Federal, **Receita Federal** e Ministérios Públicos estaduais, foram deflagradas três operações simultâneas nos setores financeiro e de combustíveis, envolvendo 10 estados", enumerou o presidente Lula nas redes sociais.

Lula enalteceu o trabalho integrado, iniciado com a criação, no Ministério da Justiça, do Núcleo de Combate ao Crime Organizado. "Permitiu acompanhar toda a cadeia e atingir o núcleo financeiro que sustenta essas práticas", observou o presidente. "Nosso compromisso é proteger cidadãos e consumidores: cortar o fluxo de dinheiro ilícito,

recuperar recursos para os cofres públicos e garantir um mercado de combustíveis justo e transparente, com qualidade e concorrência leal", acrescentou o presidente.

esquema com fachada de legalidade na faria lima

As investigações apontam que o esquema idealizado pela organização criminosa "obtinha elevados lucros na cadeia produtiva de combustíveis", informou a **Receita Federal** em nota. Entre as práticas fraudulentas na venda de combustíveis, estava a adulteração de gasolina e uma prática conhecida como "bomba baixa", onde o volume fornecido é menor do que o indicado.

Outra prática se refere à importação irregular de metanol. O produto que entra no Brasil "não seria entregue aos destinatários indicados nas notas fiscais. Em vez disso, seria desviado e transportado clandestinamente, com documentação fraudulenta e em desacordo com normas de segurança, colocando em risco motoristas, pedestres e o meio ambiente", segundo o Ministério Público de São Paulo.

O metanol, "altamente inflamável e tóxico", seria posteriormente enviado para postos de combustível para adulterar os combustíveis, "gerando lucros bilionários", acrescentou. A participação de centenas de empresas operadoras no esquema de fraude permitiu ocultar os produtos do crime. A operação apreendeu 1.500 veículos, 192 imóveis e duas embarcações, além de mais de R\$ 300 mil em espécie.

O esquema bilionário era comandado por Mohamad Hussein Mourad, conhecido como "Primo" ou "João", e Roberto Augusto Leme da Silva, o "Beto Louco". Segundo as investigações, a organização criminosa atuava em toda a cadeia produtiva de combustíveis e de açúcar e álcool, incluindo usinas, distribuidoras, transportadoras, fabricação e refino, armazenagem, redes de postos de combustíveis e conveniências.

Mohamad é apontado como o "epicentro das operações" e chefe da organização que utilizava empresas em todo o setor de combustíveis - desde usinas até postos - para realizar fraudes fiscais massivas, ocultar patrimônio e lavar bilhões de reais. A extensa rede criminosa era formada por familiares, sócios, administradores e profissionais cooptados por ele.

No LinkedIn, Mohamad se apresentava como CEO da empresa G8LOG, especializada em transporte rodoviário de cargas perigosas como combustível, e consultor do grupo Copape - responsável pela formulação de gasolina a partir de derivados de

petróleo. "Sou um empresário e investidor que acredita na potência do trabalho, da disciplina e do comprometimento como caminho para o alcance de resultados sólidos", escreveu ele em seu perfil nas redes sociais.

As investigações também apontam que a Copape e a Aster (distribuidora de combustíveis) foram adquiridas por Mohamad e usadas como instrumento para as fraudes fiscais e lavagem de dinheiro. O grupo liderado por ele "inflava" artificialmente os preços dos insumos nas transações entre a Copape e a Aster, com o objetivo de sonegar **impostos** e obter créditos tributários indevidos.

Roberto também é apontado como co-líder da organização criminosa. Ele era responsável pela gestão das empresas Copape e Aster, que foram instrumentalizadas para a prática de fraudes fiscais e contábeis, falsificação de documentos e lavagem de capitais. O esquema era dividido entre a gestão operacional das usinas e a gestão financeira e patrimonial, utilizando fundos de investimento e empresas de participações para ocultar a origem e destino dos recursos ilícitos. A defesa de Mohamad e Roberto não foi localizada.

Site: <https://digital.em.com.br/flip-login>

Investigação impacta Faria Lima

»ROSANA HESSEL

A Operação Carbono Oculto revelou que o crime organizado está usando fintechs e bancos digitais para a lavagem de dinheiro, em um esquema bilionário que atingiu em cheio a Avenida Faria Lima, centro financeiro de São Paulo.

A ação é a maior já feita no combate à infiltração do crime organizado na economia formal do país. Apenas na Faria Lima, foram 42 alvos de busca e apreensão, como empresas, corretoras e fundos de investimentos.

Em entrevista, o secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, cobrou a regulamentação das fintechs, com objetivo de dar mais transparência sobre as operações dessas empresas. Ele lembrou que o crime organizado é financiado pela importação e comércio irregulares de combustíveis, cigarros e jogos ilegais. "E todos nós sabemos também que no cerne de todas as operações aparecem as fintechs", enfatizou o secretário.

As autoridades, contudo, ainda não divulgaram os nomes das empresas financeiras investigadas. Em grupos de economistas, porém, uma das instituições citadas era a Genial Investimentos. Procurada, a assessoria do Banco Genial informou que a instituição ficou surpresa com o seu nome mencionado em notícias relacionadas à Operação Carbono Oculto.

"A instituição tomou conhecimento do assunto unicamente pela imprensa e, até o presente momento, não recebeu qualquer notificação oficial sobre a existência de procedimentos investigativos que a envolvam, seja direta ou indiretamente", destacou a nota. "O Banco Genial sempre conduziu suas atividades com base nos mais elevados padrões de governança corporativa, ética e compliance regulatório, em estrita observância à legislação e regulamentação aplicáveis", acrescentou o **comunicado**.

Mais tarde, em outra nota, o Banco Genial informou que as investigações estão relacionadas a denúncias ao Radford Fundo de Investimento Financeiro Multimercado Crédito Privado - Responsabilidade Limitada. Esse Fundo foi estruturado, segundo o **comunicado**, por outros prestadores de serviços essenciais e foi transferido ao Banco Genial em agosto de 2024. Na ocasião, instituição disse que realizou "as devidas diligências, abrangendo o investidor exclusivo e os ativos que integravam a carteira"

Outras empresas citadas, a Reag Investimentos e a Companhia Brasileira de Serviços Financeiros (Ciabrasf) informaram, em **comunicado** enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão colaborando integralmente com as autoridades competentes, no âmbito da Operação Carbono Oculto. "Trata-se de procedimento investi-gativo em curso" dizem. (Com V.O. e Agência Estado)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/08/29/all.pdf>

Megaoperação atinge PCC e mira fintechs

» VANILSON OLIVEIRA

Em ação conjunta com diversos órgãos, a Polícia Federal e a **Receita Federal** deflagraram, ontem, uma das maiores operações da história do país contra o crime organizado. A ofensiva mirou fraudes bilionárias no setor de combustíveis e esquemas sofisticados de lavagem de dinheiro, com a participação de fintechs e fundos de investimento controlados por integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC). A ação ocorreu em 10 estados, e os detalhes foram apresentados pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, em Brasília.

As investigações rastream R\$ 52 bilhões em transações ilícitas nos últimos quatro anos, identificaram 40 fundos de investimento com patrimônio de R\$ 30 bilhões e apontaram a sonegação de R\$ 7,6 bilhões em **tributos**. A Justiça determinou o bloqueio de mais de R\$ 1 bilhão em ativos; o sequestro de 192 imóveis, 21 fundos e duas embarcações; além da apreensão de 141 veículos e do sequestro judicial de outros 1.500. A **Receita Federal** revelou, ainda, que o grupo criminoso adquiriu uma frota de 1.600 caminhões para transporte de combustíveis.

A ação foi coordenada pelos ministérios da Justiça e da Fazenda, Polícia Federal, **Receita Federal** e Ministérios Públicos Estaduais, com a deflagração simultânea de três operações: Carbono Oculto (MP-SP/Receita Federal), Quasar (pF-SP) e Tank (PF-PR). No total, foram cumpridos 350 mandados de busca e apreensão em 10 estados, dos quais 248 ligados à Operação Carbono Oculto, que mobilizou 766 policiais. No total, mais de mil profissionais atuaram na operação.

Em consequência das investigações, a **Receita Federal** anunciou, em nota emitida horas após a operação, que publicará uma nova instrução normativa para que as finte-chs (plataformas digitais de serviços financeiros) passem a ter as mesmas obrigações que os bancos.

A Receita lembrou ter publicado, em 2024, uma instrução normativa estendendo as obrigações de transparência e informações às fintechs, com validade a partir de janeiro deste ano. "Em janeiro, uma onda enorme de mentiras e fake news, atribuindo uma falsa tributação dos meios de pagamento a essa normatização, acabou prejudicando o próprio uso desses instrumentos, forçando a Receita a dar um passo atrás e revogar a norma" destacou, numa

referência às notícias falsas de que a norma incluiria cobrança de imposto sobre o Pix.

As apurações revelaram a participação de empresas tradicionais e de instituições financeiras digitais. O grupo Copape/Aster, multado em mais de R\$ 2 bilhões pela Secretaria da Fazenda de São Paulo, foi apontado como elo central na adulteração e distribuição de combustíveis. Já a

fintech BK Bank operava as chamadas "contas-bolsão" misturando recursos de diferentes clientes em uma única conta, o que dificultava o rastreamento. Entre 2022 e 2023, foram identificados 10,9 mil depósitos em espécie, que somaram R\$ 61 milhões.

Outro braço do esquema envolveu a Reag, considerada uma das maiores gestoras independentes do país, com patrimônio de R\$ 299 bilhões. Segundo as investigações, fundos sob sua gestão teriam sido utilizados para blindagem patrimonial e aquisição de ativos estratégicos, como usinas de etanol e distribuidoras.

Em São Paulo, a Operação Quasar cumpriu 12 mandados de busca e apreensão contra fundos de investimento usados para lavagem de dinheiro e gestão fraudulenta. No Paraná, a Operação Tank investigou fraudes na cadeia de combustíveis, envolvendo empresas de fachada, depósitos fracionados, contas de passagem e adulteração de combustíveis. Foram cumpridos 14 mandados de busca e apreensão e 14 de prisão preventiva, com cinco presos.

O ministro Ricardo Lewandowski

A população em todo o país assistiu hoje (ontem) à maior resposta do Estado brasileiro ao crime organizado de nossa história até aqui"

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República classificou a ofensiva de ontem como um marco histórico. "Há muito tempo estamos acompanhando um fenômeno, que é a migração da criminalidade organizada da ilegalidade para a legalidade. Para combatê-lo, não basta mais apenas uma operação policial, é preciso uma atividade integrada de todos os órgãos governamentais" afirmou.

Segundo Lewandowski, o trabalho conjunto tornou possível atacar diretamente a base econômica das facções. "Com certeza, esta é uma das maiores

operações da história brasileira, e ousaria dizer também que é uma das maiores operações em termos mundiais"" declarou.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que também participou da coletiva, detalhou o funcionamento da rede financeira usada pelas facções. De acordo com ele, os auditores da Receita conseguiram rastrear sucessivas camadas de ocultação patrimonial.

Haddad ressaltou que a operação atingiu os líderes do esquema, considerando o feito como um "estrangulamento do crime". "Em geral, o que fica preso é o personagem menos importante da estrutura. Essa operação é diferenciada porque conseguiu chegar ao andar de cima do sistema" ressaltou. "Você efetivamente estrangula o crime, impede que ele prospere e seca a fonte do recurso ilícito."

A subsecretária de Fiscalização da Receita, Andrea Costa Chaves, informou que o órgão já lançou R\$ 8 bilhões em autos de infração. Entre os bens adquiridos com recursos ilícitos, estão um terminal portuário, quatro usinas de etanol, uma frota de 1.600 caminhões e mais de 100 imóveis, incluindo seis fazendas. (Colaborou Caetano Yamamoto, estagiário sob a supervisão de Ci-da Barbosa)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/08/29/all.pdf>

"Crime organizado está bancarizado; ninguém precisa de paraíso fiscal"

Os investigadores responsáveis pela operação que atingiu ontem a Faria Lima dizem que a ação mostra uma terceira fase da ação do crime organizado no País. Depois de organizar o tráfico internacional de drogas e de se apossar de contratos com o setor público, agora ele teria se infiltrado em parte do sistema financeiro.

No que as fintechs se transformaram e por quê?

É bom a gente fazer uma diferenciação. Há fintechs que atuam regularmente no mercado e há essas fintechs a que a gente está se referindo. Essas se transformaram em verdadeiros operadores do crime organizado dentro do sistema financeiro. São elas que permitem a introdução do dinheiro ilícito no sistema. Eles bancarizaram a atividade financeira dessas entidades criminosas.

Como foi essa evolução do crime? O que acontecia antes quando alguém desejava blindar seu patrimônio e o que é feito hoje?

Há uma grande sofisticação, maior do que havia no passado, quando essas atividades criminosas eram feitas por empresas de fachada. Empresas que muitas vezes eram mais fáceis de a gente identificar, pois elas eram irregulares. Hoje elas estão dentro da economia formal. Compram empresas que são operacionais, usam fintechs para bancarizar o dinheiro ilícito e usam fundos de investimento para adquirir patrimônio e blindar o real beneficiário deste patrimônio. Antigamente, para fugir ao controle estatal, você levava o seu dinheiro para um paraíso fiscal. Hoje você não precisa fazer isso; você simplesmente abre, no seu celular, a conta numa fintech, transita o dinheiro irregular para dentro dessa fintech e essa fintech vai atuar transferindo esses valores para fundos de investimento. Aí você pode comprar casas, empresas, pode atuar no mercado financeiro e pode fazer render aquele capital que foi adquirido de forma ilícita.

De que forma isso pode prejudicar todo o ambiente de negócios e colocar o próprio País em risco?

Esse é um tipo de situação que coloca todo um setor econômico refém de um grupo criminoso, porque eles dominam desde produtos importados, desde a importação desses produtos, até a venda para o

consumidor final. Ou seja, todas as etapas da cadeia produtiva são dominadas pelo crime. Eles passam a adquirir, por meio desses fundos de investimento, empresas em cada segmento, em cada elo dessa cadeia econômica. É muito difícil que qualquer pessoa consiga regularmente concorrer com essas empresas, que são operacionais. Há um problema concorrencial, um problema para a economia, já que, muitas vezes, o produto vendido é de má qualidade, adulterado, o que causa outros problemas, às vezes de saúde.

Existe alguma medida que poderia ser adotada e que poderia, de alguma forma, garantir um pouco mais de fiscalização e controle sobre essa atividade?

Sim. A Receita, em 2024, fez uma alteração de uma instrução normativa que já era aplicada para todas as instituições financeiras. A única alteração que havia dentro dessa instrução normativa era a obrigação de as fintechs também prestarem informações à **Receita Federal** sobre as movimentações que ocorrem dentro da finte-ch. Infelizmente, essa instrução normativa teve de ser revertida após uma onda de fake news. Hoje nós não temos a visibilidade do que acontece dentro de uma fintech da forma como nós temos a visibilidade do que acontece num banco normal. Precisa ter essa regulação para que possa ser feita a diferenciação entre os que funcionam como banco do crime organizado e aquelas que funcionam regularmente. Se a gente não tiver uma regulação que permita esse equilíbrio entre a inovação que trazem as finte-chs e a segurança do sistema financeiro, nós vamos ter a infiltração do crime organizado no sistema, como estamos vendo nessa operação. m.g.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Maior operação contra o PCC atinge Faria Lima e setor de combustíveis

A Avenida Faria Lima, principal centro financeiro do País, amanheceu ontem com equipes de Polícia Federal, Polícia Militar, promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), além de agentes e fiscais das Receitas Estadual e Federal como parte da Operação Carbono Oculto. Integrada ontem às Operações Quasar e Tank, de diversas instituições em dez Estados, se tornou a maior já feita até hoje para combater a infiltração do crime organizado na economia formal do País. A estimativa é de que as fraudes, coordenadas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), movimentaram R\$ 23 bilhões.

Até a noite de ontem, como resultado da operação conjunta, a Justiça havia decretado a prisão de 14 pessoas. Entre elas, estão os empresários Roberto Augusto Leme da Silva, o Beto Loco, e Mohamad Hussein Mourad, o Primo, do antigo grupo Aster/Copape. A PF já prendeu seis integrantes do grupo. Contudo, tanto Mourad quanto Beto Loco são considerados foragidos.

As prisões foram pedidas pelo Grupo de Investigações Sensíveis (Gise), da Superintendência da Polícia Federal (PF) de Curitiba. Ali, uma investigação iniciada em 2023 se fixou em um integrante do PCC que deixou a prisão, onde cumpria pena por tráfico internacional de drogas. O homem acabou se transformando em administrador de uma distribuidora de combustíveis.

Em pouco tempo, a empresa, que não tinha receitas, passou a movimentar milhões de reais. Seguindo essa pista, os federais chegaram ao mesmo grupo que era investigado por promotores do Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), de São Paulo - e também mobilizou a ação ontem na Brigadeiro Faria Lima. As investigações, tocadas inicialmente em conjunto, foram desmembradas ontem.

DETALHAMENTO. "As investigações apontam para um sofisticado esquema engendrado pela organização criminosa: ao mesmo tempo que lavava o dinheiro proveniente do crime, obtinha elevados lucros na cadeia produtiva de combustíveis", diz a **Receita Federal**. O uso de centenas de empresas operacionais na fraude permitia dissimular os recursos de origem criminosa. A sonegação fiscal e a

adulteração de produtos aumentavam os lucros e prejudicavam os consumidores e a sociedade."

De acordo com os auditores, inicialmente os acusados usavam importadoras que atuavam no exterior comprando "nafta, hidrocarbonetos e diesel com recursos de formuladoras e distribuidoras". Só entre 2020 e 2024, foram importados mais de R\$ 10 bilhões em combustíveis pelos investigados. "As formuladoras e distribuidoras, além de postos de combustíveis também vinculados à organização, sonegavam reiteradamente **tributos** em suas operações de venda."

No setor de combustíveis, os auditores também encontraram outro tipo de fraude, envolvendo o metanol. O produto, importado supostamente para outros fins, seria desviado para uso na fabricação de gasolina adulterada, com sérios prejuízos para os consumidores. Auditores fiscais da Receita identificaram irregularidades em mais de mil postos de combustíveis distribuídos por dez Estados (SP, BA, GO, PR, RS, MG, MA, PI, RJ e TO). A maioria desses postos tinha o papel de receber dinheiro em espécie ou via maquininhas de cartão e transitar recursos do crime para a organização criminosa por meio de suas contas bancárias no esquema de lavagem de dinheiro.

Só entre 2020 e 2024, a movimentação financeira desses postos foi de R\$ 52 bilhões, com recolhimento de **tributos** muito baixo e incompatível com suas atividades. Os postos já foram autuados pela **Receita Federal** em mais de R\$ 891 milhões. De acordo com a **Receita**, "140 postos eram usados ainda de outra forma". "Eles não tiveram qualquer movimentação entre 2020 e 2024, mas, mesmo assim, foram destinatários de mais de R\$ 2 bilhões em notas fiscais de combustíveis." A Receita concluiu que "possivelmente, essas aquisições simuladas serviram para ocultar o trânsito de valores ilícitos".

Os acusados teriam obtido parte do domínio da cadeia produtiva do etanol, da gasolina e do diesel por meio da associação de dois grupos econômicos e por suas ligações com operadores suspeitos de lavar dinheiro para o líder do PCC, Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola.

Além da lavagem de dinheiro da facção, os promotores do Gaeco dizem que a organização

investigada manteria um esquema gigantesco de ocultação de posições societárias, rendas e patrimônio.

Após dominar parte do setor de combustíveis, os bandidos procuravam blindar seu patrimônio contra investigações e aumentar seus lucros no mercado financeiro. É aí que a Faria Lima entrou no roteiro da operação. Só na área da avenida que corta o coração da região que concentra a nata do mercado financeiro brasileiro, federais, promotocontrolados pela organização criminosa. "Em sua maioria, são fundos fechados com um único cotista, geralmente outro fundo de investimento, criando camadas de ocultação", diz a investigação.

Os auditores concluíram que "entre os bens adquiridos por esses fundos estão um terminal portuário, quatro usinas produtoras de álcool (mais duas usinas em parceria ou em processo de aquisição), 1.600 caminhões para transporte de combustíveis e mais de 100 imóveis, dentre os quais seis fazendas no interior do Estado de São Paulo, avaliadas em R\$ 31 milhões, e uma residência em Trancoso (BA), adquirida por R\$ 13 milhões".

"Verifica-se que o grupo investigado se espalhou res e fiscais vasculharam os escritórios onde funcionam 14 fundos imobiliários e 15 fundos de investimentos administrados por cinco empresas. Além dos alvos na Faria Lima, a força-tarefa da operação foi atrás de outros 22 no entorno, além de 32 no interior.

COMO TEVE INÍCIO A OPERAÇÃO. A Carbono Oculto começou com maquininhas de pagamento usadas em Santos, em casas de apostas clandestinas. Dali, chegou-se aos postos de gasolina em que elas estavam registradas e, por meio dos postos, ao BK Bank (mais informações nas páginas 22 e 23), que atuaria como "banco do pCc". Foram identificados então cinco núcleos que atuariam na organização criminosa: o Núcleo Aster/Copape; o Núcleo Paraná; o Núcleo Yang; o Núcleo Alemão, comandado por José Carlos Gonçalves, operador de Marco Willians Herbas Camacho, o Mar-cola; e o Núcleo Zaraboxter, comandado pela família Cepe-da. O advogado Bruno Ferullo Rita, que representa Marcola, disse que não tomou conhecimento das acusações, mas negou "qualquer participação ou envolvimento dele". Os demais citados não tiveram as defesas encontradas.

A BLINDAGEM DO PATRIMÔNIO.

Por fim, a Receita tratou de investigar a blindagem do patrimônio dos acusados. "Os valores eram inseridos no sistema financeiro por fintechs, empresas que utilizam tecnologia para oferecer serviços financeiros digitais." A **Receita Federal** identificou que uma

fintech de pagamento atuava como "banco paralelo" da organização (BK Bank), tendo movimentado mais de R\$ 46 bilhões de 2020 a 2024 .

Promotores de São Paulo suspeitam que a Operação Carbono Oculto tenha vazado para seus alvos. Dois detalhes levantam suspeitas. O primeiro ponto destacado pelos agentes: computadores e outras provas estavam escondidos em um prédio da Rua Conselheiro Saraiva, em Santana, zona norte da cidade de São Paulo. Segundo ponto: investigados abandonaram as casas de madrugada, antes de a polícia chegar.

Os computadores estavam ocultos em um outro andar do prédio. A suspeita dos promotores que integram a força-tarefa é que os acusados tenham tentado destruir provas para obstruir a investigação. Os promotores, no entanto, acreditam que o vazamento não atingiu os endereços mais importantes para a investigação, como o do BK Bank.

As mesmas pessoas controlavam outras instituições de pagamento menores, usadas para criar uma dupla camada de ocultação. "A fintech também recebia diretamente valores em espécie. Entre 2022 e 2023, foram efetuados mais de 10,9 mil depósitos em espécie, totalizando mais de R\$ 61 milhões. Este é um procedimento completamente estranho à natureza de uma instituição de pagamento, que opera apenas dinheiro escritural."

Por fim, a **Receita Federal** identificou ao menos 40 fundos de investimentos (multi-mercado e imobiliários), com patrimônio de R\$ 30 bilhões, por toda a rede produtiva", apontam os juízes Guilherme Kellner, da 2.a Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens, e Sandro Nogueira de Barros Leite, da 2.a Vara Criminal de Catanduva. Eles autorizaram buscas, bloqueio de bens e quebra de sigilo bancário dos investigados em São Paulo.

REPERCUSSÃO. Após a divulgação dos primeiros dados sobre o esquema fraudulento, as frentes parlamentares ligadas ao agro cobraram urgência do Congresso para aprovar leis que endurecem a fiscalização e combatem fraudes no setor de combustíveis.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a "paternidade" das três operações deflagradas ontem e buscou reforçar o discurso de combate ao crime organizado. Os ministros da Justiça, Ricardo Lewandowski, e da Fazenda, Fernando Haddad, defenderam aprovação da PEC da Segurança Pública. "Foi a maior resposta do Estado ao crime organizado de nossa história", disse Lula nas redes sociais.

Já o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), divulgou um vídeo nas redes sociais dizendo que a ação foi fruto do trabalho do Gaeco com as polícias de São Paulo "que se expandiu para todo o Brasil". "Em São Paulo, o crime organizado não terá vez."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fintech BK Bank tem R\$ 17,7 bilhões sob suspeita e é apontada como "banco do PCC"

Só a Faria Lima concentrava 42 dos alvos da Operação Carbono Oculto - empresas, corretoras e fundos de investimentos - em cinco endereços, incluindo alguns edifícios icônicos da região. De acordo com as autoridades, a principal instituição de pagamentos investigada, a BK Bank, registrou R\$ 17,7 bilhões em movimentações suspeitas. Essa instituição de pagamentos, segundo a **Receita Federal**, se comportava como o "banco do PCC".

Em nota, a BK Bank informou que foi surpreendida com a operação e "conduz todas as suas atividades com total transparência, observando rigorosos padrões de compliance". "BK Bank reitera seu compromisso com a legalidade e coloca-se à inteira disposição das autoridades."

De acordo com a Operação Carbono Oculto, porém, "a instituição de pagamento BK foi amplamente usada pela organização criminosa para a movimentação dos seus recursos financeiros". "Identifica-se esse canal de fluxo financeiro para ocultar e dissimular a origem e o destino de valores."

A BK usaria o que se costuma chamar de contas-bolsão (contas mantidas pelas fintechs em bancos sem identificar os verdadeiros donos do dinheiro) para blindar o patrimônio dos criminosos contra os sistemas de controle de lavagem de dinheiro do Banco Central e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Suas contas eram vinculadas a contas correntes no Banco do Brasil. Atualmente, a BK tem sedes em Barueri, Ribeirão Preto e Campinas.

O Setor de Fraudes Estruturadas da Receita estima que o esquema criminoso tenha sonogado R\$ 1,4 bilhão em **tributos** federais. As investigações apontam para uma dezena de práticas criminosas, desde crimes contra a ordem econômica, passando por adulteração de combustíveis, crimes ambientais, lavagem de dinheiro, além de fraude e estelionato.

Atualmente, a BK Bank presta serviços de tecnologia, com a oferta de uma plataforma eletrônica na internet para que seus clientes possam realizar transações, mediante a utilização dos recursos previamente aportados por eles nas respectivas contas de pagamento mantidas junto à empresa.

Os promotores suspeitam que a fintech esteja em

nome de testas de ferro. E explicam o motivo: "A falta da origem dos recursos supostamente utilizados na aquisição das cotas de Mário Gardin, somada à baixa movimentação financeira e patrimonial de Danilo Augusto, é um indicativo de que não é o titular de fato da BK BANK, mas um "testa de ferro". Gardin foi o fundador da empresa. Augusto a teria adquirido mais tarde.

Os investigadores consideram que a fintech manteria as contas-bolsão para interessados em lavar dinheiro. Eles poderiam investir por meio da BK sem que seus nomes fossem identificados nas operações financeiras. "Foram feitas transferências milionárias para a conta da BK Bank na XP Investimentos, indicando remessa de valores "para operações de investimento no mercado financeiro, ocultado o real investidor" e, "apenas com a contabilidade da BK Bank, não é possível a identificação da origem e dos destinatários dos recursos movimentados pela empresa", observou a **Receita Federal**.

O controle da conta de cada cliente da BK Bank é feito de forma interna, sem constar da contabilidade oficial da instituição de pagamento, criando uma espécie de contabilidade paralela no banco. "Este fato faz com que a BK Bank se torne um "buraco negro" para operações financeiras, pois, uma vez que determinado cliente envia o dinheiro, esse valor é misturado com os valores de outros clientes e enviado para terceiros, sem qualquer identificação contábil, fato que torna a Bk Bank extremamente atrati-

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

BNDES avalia suspender dívida de afetadas por tarifa

Camila Zarur Do Rio

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, afirmou nesta quinta-feira(28) que vai levar ao governo federal e ao Ministério da Fazenda a proposta de suspender o pagamento de dívidas das empresas afetadas pelo "tarifaço" imposto pelo presidente americano, Donald Trump. A iniciativa, chamada de "standstill", foi debatida durante reunião de Mercadante com a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FPN).

Segundo o presidente do BNDES, ainda não há prazo para que seja anunciado esse tipo de acordo dentro do pacote de ajuda do governo federal em resposta ao "tarifaço" dos Estados Unidos. Mercadante, contudo, afirmou que essa iniciativa pode ser adotada, sobretudo para pequenos empresários cujos produtos não são possíveis de serem comprados pelo governo.

"Essa medida não está tomada, mas estou dizendo que acho que ela será necessária", completou.

Segundo Mercadante, a possibilidade de um "standstill" no âmbito das tarifas americanas foi debatida na reunião que o banco de fomento teve nesta quinta com os prefeitos das 15 cidades mais impactadas pela taxaço.

"Isso aqui surgiu hoje. Eu estou chamando a atenção que no Rio Grande do Sul foi necessário. Talvez em algumas situações [do "tarifaço"] venha a ser necessário", disse Mercadante. "Nós vamos ter que estudar junto com a Fazenda, com os bancos. Mas em alguns complexos regionais, especialmente em produtos perecíveis, enquanto as compras públicas não estiverem implantadas, talvez agente tenha que tomar essa medida."

O presidente da FPN e prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), afirmou que saiu satisfeito da reunião após o banco detalhar como seria a operação do pacote de ajuda. "O que nós tivemos aqui foi um conjunto de informações muito acima das nossas expectativas. A verdade é que nós planejávamos falar muito mais, forçar e pressionar muito mais, mas as medidas concretas já detalhadas pelo presidente Mercadante e pela sua equipe, sem dúvida nenhuma, trazem conforto", disse.

"Agente viu o operacional:"dia tala **Receita Federal** manda quais são as empresas que estão qualificadas para isso [elegíveis para o crédito]", "como é que pega esse crédito", "busca a própria instituição bancária que o sujeito já está lá" etc. A operação está muito objetiva, concreta e isso traz conforto", completou Paes.

Segundo Mercadante, o banco quer começar a liberar os créditos no dia 15 de setembro. Terão direito ao benefício as companhias que perderem ao menos 5% do faturamento. Em contrapartida, as empresas terão que se comprometer com a manutenção dos empregos.

O crédito faz parte do Plano Brasil Soberano, anunciado pelo governo federal e cujo valor é de R\$ 30 bilhões. O recurso sairá do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

Mercadante também criticou os governadores que se opuseram ao pacote de ajuda anunciado pelo governo federal para atender empresas atingidas pelo "tarifaço". "Alguns governadores de Estados exportadores deviam estar fazendo o que os prefeitos estão fazendo. Precisa ter esse tipo de atitude, de construção, de buscar respostas e soluções e de parceria com o governo federal", disse o presidente do BNDES.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Megaoperação contra esquema do PCC atinge Faria lima

Marcos de Moura e Souza De São Paulo

O Ministério Público de São Paulo, **Receita Federal**, Polícia Federal e outros órgãos deflagraram na quinta-feira (28) três operações contra um amplo esquema envolvendo a principal organização criminosa do Brasil, o PCC. O esquema vinha se utilizando do setor de combustíveis e de empresas do setor financeiro para lavar recursos do narcotráfico e para auferir receita adicional com uma fachada de legalidade.

No fim da tarde, o Ministério da Justiça informou que o esquema criminoso, que foi alvo de três operações, movimentou nos últimos anos mais de R\$ 140 bilhões. Cerca de 400 mandados judiciais, incluindo 14 de prisão e centenas de buscas e apreensões, em pelo menos oito Estados foram cumpridos nas operações.

Logo pela manhã, uma forte presença de agentes da Polícia Federal e da **Receita Federal** na avenida Brigadeiro Faria Lima, principal centro financeiro da América Latina, reforçou a percepção que já existia no mercado de que algumas empresas poderiam ter vínculos com o crime. Autoridades vinham aleitando que o crime organizado vem se enraizando no país e ocupando espaços que até então pareciam imunes à atividade.

O secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, definiu como a maior ação do poder público brasileiro contra o pilar financeiro do crime. Ele participou da apresentação da operação em São Paulo a jornalistas.

Uma das operações, a Carbono Oculto, foi conduzida em São Paulo pelos promotores, policiais civis, Secretaria de Segurança, **Receita Federal**. Outras duas, a Quasar e a Tank, foram conduzidas por Polícia Federal, Ministério da Fazenda, Receita e outros órgãos.

Alguns dos alvos eram comuns, mas as apurações se dividiram de acordo com as esferas criminais e as atribuições de cada órgão. Mas as três visavam à penetração do crime na cadeia de combustíveis e no setor financeiro.

Embora não limitada a criminosos que integram o PCC, os negócios da facção ocuparam uma parte significativa das investigações. Criada nas prisões

paulistas, o PCC é o principal grupo criminoso do Brasil por trás do tráfico internacional de cocaína. Seus tentáculos já alcançam dezenas de países.

A Justiça paulista, na decisão que autorizou a operação em São Paulo, definiu Mohamad Houssein Mourad como o epicentro das ilicitudes. Roberto Augusto Lemos da Silva, apelidado de "Beto Louco", é apontado também como um dos nomes centrais. Segundo a Justiça e os promotores, em torno deles se associaram criminosos ligados ao Primeiro Comando da Capital.

Um dos pontos de partida das investigações foi um episódio aparentemente sem muita importância ocorrido em 2023.

Em maio daquele ano, policiais rodoviários federais abordaram um caminhoneiro dirigindo um semirreboque carregado com metanol, produto importado usado pela indústria química e na produção de biodiesel.

As investigações vieram a mostrar que milhões de litros de metanol desviados estavam se tornando um componente valioso e difundido para a adulteração de combustível comercializado por uma parcela dos postos do país.

Pelas regras atuais, a presença do metanol - que é altamente tóxico - no combustível comercializado no Brasil deve se limitar a 0,5%. Somente nos postos de um dos núcleos criminosos alvo das operações, a mistura do metanol chegava a 50%. Era uma forma de ampliar os ganhos com a venda do combustível, colocando consumidores em risco e defraudando a Receita. Segundo os investigadores, postos com bandeira e sem bandeira faziam parte do esquema.

Mas os postos eram apenas uma parte da estrutura capturada pelo crime.

Usinas sucroalcooleiras, distribuidoras e até portos estavam no radar dos criminosos. Márcia Meng, superintendente da **Receita Federal** em São Paulo, descreveu uma forma de abordagem agressiva dos criminosos em relação a usinas.

"Não vou dizer compravam [usinas], porque formalmente eles não compravam. Formalmente eles

investiram para retirar aquela empresa da recuperação judicial, mas os sócios continuaram sendo os mesmos. Só que esses sócios hoje são reféns, porque quem manda naquela usina, naquela empresa, é o crime organizado. Mas eles não mudaram a quatro a estrutura societário", disse ela. "Essas pessoas jamais vão denunciar isso porque são reféns. Elas perdem a vida."

As investigações das operações de quinta-feira foram além.

Para lavar recursos ilícitos oriundos do narcotráfico e de outras atividades, fintechs e fundos de investimento tomaram-se instrumentos-chave para a cadeia do crime.

"No início da investigação, a premissa é que teria um especialista do sistema que estaria prestando serviços para o crime organizado", disse João Paulo Gabriel, promotor público do Gaeco, grupo de atuação contra o crime organizado do MP. Mas essa avaliação foi mudando à medida que as investigações transcorriam.

"Nós começamos a identificar sobreposições, atuação desses gestores ou de mandatários deles nas usinas, nos portos, nas distribuidoras e em posto de combustíveis. E o que nós identificamos em termos de gestoras de fundos de investimento, por exemplo, é que tem uma atuação integrada entre elas e também com esse grupo criminoso", disse Gabriel. A investigação está em processo e ainda precisa avançar nesse ponto.

Autoridades envolvidas nas três operações falaram da necessidade urgente de mais regulação sobre as fintechs. Em uma entrevista coletiva concedida em Brasília, o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a partir desta sexta-feira (29) a Receita vai enquadrar fintechs como instituição financeira, fazendo com que elas cumpram "rigorosamente" as mesmas obrigações que os grandes bancos. Isso será determinado por meio de uma instrução normativa.

"Com isso, aumenta o potencial de fiscalização da Receita e a parceria da Receita com a Polícia Federal para chegar nos sofisticados esquemas de lavagem de dinheiro que o crime organizado tem utilizado", disse ele.

Márcia Meng destacou que as investigações mostram que pessoas ligadas ao PCC e outros criminosos usam fintechs e depois fundos variados na tentativa de dificultar o rastreamento de recursos ilícitos. "Eles têm fundo imobiliário, eles têm fundo de participação, que eles compram empresas, eles têm fundos inultra-mercados que eles usam para vários fins", afirmou ela.

A subsecretária de Fiscalização da **Receita Federal**, Andréa Costa Chaves, disse em Brasília: "A Faria Lima tem fundos legítimos e é isso que se espera. Mas identificamos 40 ligados ao crime organizado". Há fundos que são exclusivamente destinados ao crime, outros onde recursos lícitos e ilícitos se misturam, segundo Meng. O desafio da Receita e de outros órgãos é, segundo ela, segregar corretamente o que é investimento lícito ou não.

O Valor procurou advogados de Mohamad Mourad que atuam em processos contra ele que já estavam em andamento em São Paulo, mas até a noite de quinta eles não tinham se posicionado. Advogados de Roberto Silva em ações na capital também foram procurados, mas a reportagem não teve retorno.

"A Faria Lima tem fundos legítimos, mas identificamos 40 ligados ao crime" Andréa Chaves

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Fake news do Pix ajudou crime organizado

Lu AikoOtta De Brasília

Mais do que o desgaste político do governo, a crise gerada pelas fake news em torno do Pix no início deste ano foi lamentada pela área econômica pelo prejuízo que trouxe ao controle na atuação das fintechs. As operações Carbono Oculto e Tank mostram que essas instituições foram usadas pelo crime organizado para "lavar" recursos de origem ilícita.

Em setembro do ano passado, a **Receita Federal** editou a Instrução Normativa (IN) 2219/24, que tinha como propósito atualizar a lista de meio de pagamentos cujas movimentações devem ser informadas à Receita. Era, basicamente, uma atualização da regra, que era antiga, para incluir as fintechs nas mesmas exigências que são seguidas pelos bancos.

Meses depois de editada, essa mudança foi engolfada por uma onda de fake news, na qual a instrução normativa foi reempacotada como uma tentativa de taxar o Pix e de quebrar o sigilo dos pequenos negócios. Não era nada daquilo, mas o governo não suportou a pressão política e revogou a norma, contrariando a opinião da área econômica.

De quebra, editou em janeiro uma medida provisória (MP) que, basicamente, proibia estabelecimentos comerciais de cobrar adicional nas vendas realizadas por Pix (embora o mais usual no comércio seja o contrário) e a assegurar que não haverá tributação desse meio de pagamento. A MP não foi votada, perdeu a vigência em junho e não faz falta.

Já a IN faz, segundo mostra o **comunicado** divulgado ontem pela Receita. O órgão diz que o uso de fintechs pelo crime organizado se vale de "brechas" na legislação. O órgão acrescenta que a Receita havia feito alterações normativas para "diminuir a opacidade das instituições de pagamento, alterações essas revogadas no início de 2025 após onda de fake news sobre o tema".

As operações de ontem devem elevar a pressão sobre o Congresso, que está sentado em cima de três projetos de lei que buscam definir o que é devedor contumaz e estabelecer punições.

As propostas miram justamente as operações do crime organizado na economia formal, como ocorre no setor de combustíveis. São propostas que contam com o

apoio das grandes empresas brasileiras, que sofrem concorrência desleal daquelas que deliberadamente não pagam **impostos**. É hora de retomar essa discussão.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

"Contaminação" da Faria Lima é pontual, diz Receita

Ruan Amorim, Tiago Angelo e Maira Escardovelli De Brasília

Integrantes da **Receita Federal** afirmaram na quinta-feira (28) que há uma "contaminação" apenas pontual do crime organizado na Faria Lima. A afirmação foi feita em entrevista concedida para detalhar a megaoperação deflagrada pela Receita e órgãos do setor público para desarticular fraudes e esquemas de lavagem de dinheiro no setor de combustíveis.

A investigação apontou que 40 fundos de investimentos, como multimercados e imobiliários, com patrimônio de R\$ 30 bilhões, eram usados para blindar e investir os recursos da organização criminosa investigada.

Na entrevista, a subsecretária de fiscalização da Receita, Andréa Costa Chaves, frisou que a Faria Lima "tem fundos legítimos" e que o resultado da operação não quer dizer que o crime organizado tem influência significativa sobre o centro do mercado financeiro. "Mas identificamos 40 fundos ligados ao crime organizado", afirmou.

O auditor-fiscal Cláudio Fereer de Souza, também da Receita, afirmou que "de modo nenhum a Faria Lima tem algum problema com o crime organizado". "O que houve foi uma contaminação pontual."

A Receita também detalhou que os fundos controlados pela organização criminosa, em sua maioria, são fechados com um único cotista, geralmente outro fundo de investimento, criando camadas de ocultação. "Os indícios que a Receita identificou apontam que os fundos eram utilizados como mercado e ocultação de blindagem patrimonial e sugerem que as administradoras dos fundos estavam cientes e contribuíram para o esquema", ressaltou Chaves.

Entre os bens adquiridos por esses fundos, estão um terminal portuário, quatro usinas produtoras de álcool (mais duas usinas em parceria ou em processo de aquisição), 1,6 mil caminhões para transporte de combustíveis e mais de cem imóveis, dentre os quais seis fazendas no interior do Estado de São Paulo, avaliadas em R\$ 31 milhões, e uma residência em Trancoso (BA) adquirida por R\$ 13 milhões.

Para Chaves, a operação demonstrou uma invasão do

crime organizado no mercado financeiro e na economia real. "Isso é de extrema relevância porque, além da questão concorrencial, existe a função de você separar o que é legítimo do que é ilegítimo. É função do Estado colocar regras claras."

Segundo o órgão, as investigações mostraram que o esquema articulado pela organização criminosa não apenas lavava o dinheiro obtido ilegalmente como também gerava altos lucros na cadeia de combustíveis.

Para disfarçar a origem dos recursos, foram usadas centenas de empresas de fachada. A fraude envolvia ainda sonegação fiscal e adulteração de produtos.

De acordo com a subsecretária da Receita, havia no esquema uma fintech que "atuava praticamente como um banco paralelo do crime organizado". A instituição movimentou mais de R\$ 46 bilhões de 2020 a 2024.

"Entre 2022 e 2023, foram efetuados mais de 10,9 mil depósitos em espécie, totalizando mais de R\$ 61 milhões. Este é um procedimento completamente estranho à natureza de uma instituição de pagamento, que opera apenas dinheiro escriturai", informou a Receita.

De acordo com o órgão, a ausência de obrigação das fintechs em repassar à Receita, via sistema e-Financeira, informações sobre as operações de seus clientes abriu brechas exploradas pelas fraudes. Para fechar essa lacuna, uma instrução normativa, a ser publicada nesta sexta-feira, equipara as fintechs aos bancos, impondo às plataformas digitais as mesmas exigências de repasse de informação.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

PCC comprou usinas e fez empresários "reféns", diz denúncia

Camila Souza Ramos, Nayara Figueiredo e Fernanda Pressinott De São Paulo (Colaborou Marcos de Moura e Souza)

A megaoperação deflagrada ontem por uma força-tarefa de diversos órgãos de investigação federais e estaduais acusou integrantes do PCC de terem comprado fazendas e ao menos duas usinas de cana em São Paulo, além de assediar outras usinas. Segundo Márcia Meng, superintendente da S*1 região fiscal da **Receita Federal**, nas usinas que não foram adquiridas pela facção, os atuais sócios foram "sequestrados" e são "reféns" da facção.

A denúncia também apontou que o PCC adulterava combustíveis com metanol. A facção também pode estar por trás de crimes ambientais, como os incêndios em canaviais no ano passado, segundo João Paulo Gabriel, promotor do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado de São Paulo (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), citado pelo site "CNN Brasil".

As denúncias foram feitas a promotores por empresários e produtores do setor. Os incêndios provocaram prejuízos milionários às empresas afetadas. A São Marti-nho, por exemplo, perdeu RS 250 milhões em lucros antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda), e a Raízen informou que as queimadas atingiram 6 milhões de toneladas de cana.

A **Receita Federal** anunciou ontem que estava tomando o controle de usinas, afirmou Meng, sem identificar quais empresas seriam alvo da ação. O objetivo é barrar combustíveis adulterados.

De acordo com informações do processo do Tribunal de Justiça de São Paulo, ao qual o Valor teve acesso, Mohamad Hussein Mourad, que teria relações com o PCC, comprou as usinas Itajobi e Carolo para usá-las como peça central de um esquema de "fraudes fiscais estruturadas" e lavagem de dinheiro.

O Gaeco disse que há indícios de que Mourad também pode ter comprado outras empresas sucroalcooleiras, como as usinas Rio Pardo, Furlan e Comanche. Em comum, todas passaram por dificuldades financeiras durante a crise do setor da década passada.

A primeira usina adquirida foi a Itajobi Mourad comprou a usina por meio do F1DC Mabruk II, gerido pela Reag, comprometendo-se a quitar as dívidas da empresa e a indenizar as propriedades arrendadas para assumir 100% de suas ações. O Valor apurou que a Itajobi estava prestes a pedir recuperação judicial quando foi adquirida pelo fundo.

Já a Carolo foi comprada pelo Fiagro Participation, também de Mourad, mesmo após ter saído de uma recuperação judicial. Ele teria utilizado os fundos para ocultar sua participação nos negócios. Porém, Mourad era visto nos escritórios das usinas com frequência, afirmou ao Valor uma fonte próxima a uma das empresas.

A investigação apontou que as usinas adquiridas pelo empresário teriam praticado sobrepreço na compra de cana, o que pode indicar um esquema de fraude fiscal, em que os "preços dos insumos são inflados artificialmente para sonegar **impostos** e obter créditos indevidos", explicou o Gaeco. Também há "suspeita de movimentação financeira sem lastro" nas contas das usinas Itajobi e Carolo.

Pela denúncia, outras usinas da região de Catanduva (SP) podem ter sido compradas por Mourad e foram usadas no esquema de ocultação de patrimônio e fraudes. Segundo o Gaeco, a Usina Rio Pardo "foi aparentemente recentemente adquirida" pelo empresário.

Duas pessoas ligadas a Mourad passaram a figurar no quadro societário da Rio Pardo: Henrique Dalkirane Filho e Jomar Maurício Forniéis das Chagas, que também aparecem ligados à Itajobi.

Outro indício de que Mourad poderia ser sócio oculto da Usina Rio Pardo é a identificação de sobrepreço na aquisição de cana a partir de 2022. "Isso reforça os indícios da assunção da usina pelo grupo investigado", diz a denúncia.

Quanto à Usina Furlan, o Gaeco afirma que "embora não tenha tido sua aquisição direta pelo grupo Mohamad inicialmente identificada, apresenta diversos elementos que sugerem uma forte associação ou um processo de aquisição/controlado em andamento por parte da organização criminosa".

A distribuidora de combustíveis Duvale e a fintech BK, que fariam parte do esquema de Mourad, teriam enviado valores "significativos" à Furlan, como uma transferência de R\$ 3.667.000,00, e outra de R\$ 4.919.900,00. Segundo a denúncia, essas transferências são "um forte indicativo de lavagem de capitais". Outro indício a respeito da usina é a prática de compra de cana com sobrepreço a partir de 2022.

Mais uma usina que o Gaeco suspeita que possa ter sido adquirida pelo grupo de Mourad ou que possa estar em processo de aquisição é a Comanche. Ela foi a maior destinatária de etanol produzido pelas usinas Itajobi e Carolo, e teria vendido etanol para várias distribuidoras do grupo de Mourad.

A última empresa que estaria dominada pelo esquema criminoso é a Goiás Bioenergia, que segundo a denúncia é registrada como uma produtora de etanol, mas é uma empresa de fachada.

Mohamad Mourad ainda estaria em uma investida para tomar o controle das usinas do Grupo Vir-golino de Oliveira (GVO), que está em recuperação judicial e com duas usinas em leilão. Segundo a denúncia, ele já comprou, via fundo Mabruk II, créditos bancários da GVO com garantia real.

O empresário também utilizou o fundo Celebration para acertar um contrato de parceria agrícola com a GVO, "apossando-se de propriedades rurais" de cana nas regiões de Catanduva e Itapira.

O Valor apurou que a Usina Itajobi arrendou a usina da GVO de Catanduva na safra passada (2024/25), operando-a após anos parada, e devolvendo-a ao fim do ciclo.

O GVO disse por meio do advogado Rogério Cury que "não é alvo da investigação", que "contribui com as autoridades" e que as operações financeiras "foram informadas e aprovadas pelo Poder judiciário".

A reportagem tentou contato com representantes das usinas Itajobi, Carolo, Furlan e Comanche, sem sucesso, e não conseguiu contato de representantes das Usinas Rio Pardo e Goiás Bioenergia.

Com base nas informações coletadas, Márcia Meng, da **Receita Federal** acredita que há possibilidade de desdobramentos da operação em breve e com chance de mais usinas nas investigações.

Entidades que representam o setor comemoraram a operação, como a Bioenergia Brasil, Instituto Combustível Legal (1CL), Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de

Lubrificantes (Sindicom), a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), a União Nacional do Etanol de Milho (Unem) e a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp).

"Em algumas usinas, quem manda é o crime organizado"

Márcia Meng

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Conivência do Congresso abriu brechas ao crime organizado

Maria Cristina Fernandes São Paulo

Há oito anos, começaram a tramitar no Congresso os primeiros projetos para tipificação do devedor contumaz. Não são contribuintes inadimplentes ou sonegadores comuns. São contumazes. Quando autuados, passam a operar por outros CNPJs.

Na ausência desta tipificação, o crime organizado se espalhou pela economia formal, principalmente no setor de combustíveis, valendo-se, além da sonegação contumaz, de mercadoria desviada, depósitos clandestinos, fraudes nas alfândegas, venda fictícia e empresas fantasmas. A Operação Carbono Oculto deixou claro que o crime organizado se instalou na brecha aberta aos devedores contumazes que contou com a conivência parlamentar.

Ao longo desse período, ergueu-se uma muralha no Senado, que, sucessivamente, barrou cinco projetos, dois de ex-senadores, Ana Amélia (PP-RS) e Jean Paul Pra-tes (PT-RN), e outros três dos senadores Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), Efraim Filho (PP-PB) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O senador Ciro Nogueira (PP-P1) apresentou, pelo menos, três emendas a esta tipificação introduzindo o Cade e as agências reguladoras, velhos feudos do Senado, como instâncias de arbitragem e preservando a competição de setores com "forte influência estatal", uma alusão à Petrobras. São argumentos semelhantes aos que a Re-fit apresentou ao Valor. A empresa nega ter sido arrolada nesta operação apesar de investigadores informarem que identificaram atuação por meio da Rodopetro.

Ao longo desta tramitação travada, as brechas se diversificaram. No Amapá, por exemplo, surgiu um corredor de importações que permitia ao combustível o pagamento de uma tarifa mínima no Estado antes de seguir para outros portos onde informavam que o imposto já havia sido recolhido. Quando o Confaz suspendeu a farra, o Amapá havia se transformado no maior importador de diesel russo do país.

Por trás da tentativa de aprovar uma tipificação para o devedor contumaz está o Instituto do Combustível Legal, que reúne algumas das maiores empresas do setor. Foi o ICL também que forneceu ao Ministério Público de São Paulo, ao Ministério da Justiça e à

Receita Federal as informações que, há oito meses, subsidiaram o início da montagem das operações Carbono Oculto, TankeQuasar.

Na quinta-feira (28), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comentou o avanço que a aprovação do projeto hoje relatado pelo senador Efraim Filho teria para coibir este crime. "O último texto que ele nos mandou contempla a **Receita Federal**. Isso seria de grande valia também, porque existe um expediente utilizado pelos criminosos, que é o de abrir e fechar o CNPJ. E, com a tipificação do devedor contumaz, você vai poder impedir que esse esquema continue operando", disse o ministro.

A Operação Solidariedade Tributária, conduzida no início de agosto pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, continha uma embrião desta que foi deflagrada na quinta. Foram 169 autos de infração para cobrar o ICMS de duas distribuidoras de combustíveis. Há pelo menos outras seis que estão na mira da mesma operação. Dos 14 mandados de prisão, apenas seis foram cumpridos. A notícia de que uma operação estava em curso vazou, para o setor, 48 horas antes de sua deflagração.

Um dos empresários foragidos é Mohamad Hussein Murad, da Copape. Entre os alvos, é um dos mais bem relacionados na política. Um dirigente partidário agiu como intermediário da venda de uma empresa montada em São Paulo pela Copape, com GLP desviado pelo PCC, para um empresário tradicional do setor.

A realização de duas entrevistas coletivas, uma em Brasília, capitaneada pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, e outra em São Paulo, sob o comando do procurador-geral de Justiça, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, chefe do MP-SP, que prestou informações sobre as operações Tank e Quasar, causou estranheza, mas houve colaboração entre os órgãos de investigação.

O governo federal faturou a operação. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva classificou-a de "maior resposta do Estado brasileiro ao crime organizado de nossa história". O MJ, a Polícia Federal e a Receita foram acionadas a partir do MP-SP e do próprio ICL. A partir daí, criou um núcleo de combate ao crime organizado para este fim. É do jogo. O governador

Tarcísio de Freitas fez coisa parecida quando faturou uma operação do MP-SP contra servidores da Fazenda paulista.

A entrevista conduzida pelo chefe do MP-SP, em São Paulo, contou com a participação do diretor da Receita, Robson Barreirinhas, que, finalmente, deu o troco do recuo a que o Ministério da Fazenda foi obrigado a fazer no Pix no fim do ano passado. Segundo Barreirinhas, seu propósito era atualizar os meios de pagamento cujas movimentações devem ser informadas à Receita. Com isso, as fintechs seriam incluídas nas mesmas regras dos bancos. A "fake news" do pix, liderada pelo deputado Niko-las Ferreira (PL-MG), acabou revogando a iniciativa que, agora, será retomada pela Fazenda.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Reag foi de R\$ 25 bi para R\$ 341 bi em cinco anos - PIPELINE

MARIA LUÍZA FILGUEIRAS

Um dos alvos das diligências de Polícia Federal, Ministério Público e **Receita Federal**, o grupo Reag registrou expansão meteórica nos últimos anos, impulsionada por uma série de aquisições que levaram a gestora a ficar entre as 10 maiores do país.

Segundo dados da Anbima compilados pelo Pipeline, os fundos da Reag se multiplicaram por quase 14 vezes em cinco anos, saindo de um patrimônio de R\$ 25 bilhões no fim de 2020 para R\$ 341 bilhões em julho deste ano.

A estratégia de crescimento via aquisições ganhou força a partir de 2022, quando a empresa de João Carlos Mansur comprou as gestoras Rapicr c Quadrante, além da corretora de seguros baiana Touarçg. No ano passado, levou a Empírica, especializada em operações de crédito, a Quasar, de operações estruturadas e special situa-tions, e 25% da Confrapar, entrando em private equity. Em dezembro, comprou o multifamily office Berkana Investimentos e a gestora Hieron Patrimônio Familiar.

Neste ano, a Reag incorporou a GetNinjas, após embate com o fundador, transação que resultou na abertura de capital da Reag - um IPO reverso, em janeiro, quando os papéis da empresa de tecnologia passaram a operar sob o ticker RF.AG3 (ontem, a ação caiu 15%). Uma cisão posterior nessa empresa deu origem à Companhia Brasileira de Serviços Financeiros (Ciabrasf), também alvo da PF e listada em bolsa, e à Revee.

O crescimento de clientes corporativos nesse período também ajudou a alavancar o negócio - a Reag administra boa parte dos fundos do Banco Master.

Mais recentemente, a gestora acenou interesse em negócios esportivo, com oferta para assumir a SAF do Vila Nova. (Felipe Irisch)

Na corrida da Vulcabras, medalha para Olympikus

Há uma queridinha do esporte na bolsa. A Vulcabras, que fabrica produtos de Olympikus, Mizuno e Under Armour, fez um tour com analistas que cobrem a ação em seu centro de P D em Parobé, no Rio Grande do Sul, onde fica a maior fábrica da América Latina. BTG,

Santander e Itaú BBA voltaram ainda mais convictos da indicação de compra - mesmo após a ação subir 47% no ano.

Na linha de chegada entre rivais globais, está a Olympikus. A linha Corre aumentou market share nas maratonas internacionais em São Paulo e Porto Alegre de 3% há cinco para mais de 30% neste ano. "A Olympikus é a medalhista de ouro entre as marcas nacionais de esportes", diz o BTG.

A marca pertence à Vulcabras e está em 18 mil lojas. Under Armour e Mizuno são licenciadas, mas têm aproveitado o design desenvolvido pela brasileira em vendas no exterior, em vestuário e tênis. A empresa fabrica 95 mil calçados esportivos por dia.

IG4mira desfecho amplo na Novonor

A negociação da gestora IC.4 Capital e dos bancos credores da Novonor sobre a Braskem deve ser mais ampla desta vez e discutir uma solução para a saída da recuperação judicial do grupo Novonor, apurou o Pipeline.

A antiga Odcbrcht entrou em recuperação judicial em 2019, então com uma dívida de cerca de R\$ 100 bilhões. O plano de recuperação do grupo prevê o pagamento dos credores com a venda de ativos e por meio de títulos que dão direito à participação na geração de caixa das empresas controladas.

O principal ativo, como se sabe, é a Braskem, cuja ações detidas pela Novonor foram dadas em alienação fiduciária para Itaú, Braclesco, Santander, Banco do Brasil e BNDES. Assim, para encerrar o processo de recuperação judicial, a Novonor precisa cumprir o plano e pagar os credores.

A saída da RJ é essencial para o grupo voltar a ter acesso a crédito e investir no braço de engenharia, no qual o conglomerado está se concentrando agora.

Os bancos assinaram um acordo de exclusividade com a gestora IG4, especializada em turnaround de empresas, por 90 dias para a transferência dos créditos com a Novonor. IG4 e Novonor não comentaram o assunto. (Sílvia Rosa)

Gestora de Paulo Mattos pode participar de solução

para RJ

Se alguém dissesse para a educadora Regina Alves que o Instituto Educacional Pequerrucho[^], que ela fundou há 40 anos no Jardim Prudência, zona sul de São Paulo, se transformaria numa rede de ensino na capital paulista com braço até em Minas Gerais, seria difícil acreditar. Pois foi o que fez seu filho, Gabriel Alves, com a Rede Decisão - o CEO tem consolidado escolas do ensino infantil ao médio. Já são 23 endereços, sendo 19 deles por aquisições.

A compra mais recente acaba de ser assinada com o Renova-tus, em Campinas. Há dois meses, o grupo comprou a Colégio Rui Barbosa, em Jandira, também interior paulista.

Os M As são assessorados pelo escritório Marcos Martins Advogados. Segundo o diretor de expansão da Rede Decisão, Rafael Camacho, outras 22 escolas estão em negociação, em diferentes estágios.

A meta é chegara 51 escolas de educação infantil ao ensino médio até 2030. Em comum, além do tamanho (500 a 700 alunos), são em geral negócios em fase de sucessão dos fundadores, que nem sempre contam com herdeiros com vocação ou interesse para seguir na atividade.

Além de evitar o fechamento de escolas de bairro, a tese é transformar essas empresas familiares em ativos de alto desempenho - aproveitando as sinergias administrativas, de compras e custos em geral. A Decisão compra a escola, mas não o imóvel.

"Somos asset light. Não achamos que comprar a sede seria a melhor alocação do capital e faz sentido para a contraparte, já que em 99% dos casos os donos da escola que negociamos são os donos do imóvel, e ficam com renda de aluguel", diz Camacho.

A primeira aquisição foi em 2016, seguida pelos aportes das gestoras de impacto Blue like an Orange e Rise Ventures. Também entraram investidores pessoa física, como Marcelo Martins, CEO da Cosan. A família Alves segue como controladora.

Com 14 mil alunos, a expectativa de receita para 2025 é de R\$ 200 milhões, já incluindo as aquisições recentes. (Felipe Frisch)

Rede Decisão compra mais duas escolas e negocia outras 22

Patrimônio do crime inclui mansão em Trancoso

Três operações contra o crime organizado se mesclaram na quinta-feira, a Carbono Oculto, Quasar

c Tank, chacoalhando a Faria Lima - mas se estendendo além da capital paulista como parte de investigações sobre lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio.

O império do crime, que tem por trás o PCC, segundo a Polícia Federal, envolve cerca de 40 fundos de investimento, que somam R\$ 30 bilhões. Os ativos que compõem esses fundos incluem terminais portuários, ao menos quatro usinas sucroalcooleiras e outras duas em processo de aquisição, e uma frota de 1,6 mil caminhões. Somam ainda mais de uma centena de imóveis, que incluem seis fazendas no interior de São Paulo e uma mansão em Trancoso.

Entre as instituições investigadas estão as administradoras de recursos Trustee DTVM e Banvox, que têm como sócio Maurício Quadrado, ex-sócio do Banco Master e atualmente à frente do Bluebank; e a Reag, de João Carlos Mansur.

A Trustee afirma que já havia renunciado à administração dos fundos alvo da operação, por decisão do compliance; a transferência ainda não foi concretizada. Já a Reag e Ciabrasef, que são do mesmo grupo, dizem que estão "colaborando integralmente com as autoridades competentes". (Silvia Rosa)

São mais de 100 imóveis ocultados em fundos exclusivos, diz PF

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188315>

Crime organizado se infiltra em fintechs não reguladas

Álvaro Campos e Lais Godinho

O novo escândalo bilionário desarticulado ontem pela megaoperações da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público de São Paulo reacendeu o debate sobre as fintechs não reguladas pelo Banco Central (BC), que têm sido usadas pelo crime organizado para lavar dinheiro.

O caso aumenta a pressão que o BC já vinha recebendo para antecipar o cronograma estipulado para que todas passem a ser reguladas (que hoje vai até 2029). Ao mesmo tempo, o governo deve retomar o espírito da instrução normativa (IN) adotada e em seguida revogada pela **Receita Federal** em janeiro que obriga instituições de pagamento a reportar transações ao Fisco.

Nos últimos anos, têm se multiplicado casos de golpes e fraudes praticados por criminosos usando instituições de pagamentos e outros tipos de fintechs, como as estruturas de "banking as a Service" (BaaS).

O Ministério Público de São Paulo afirmou no processo que baseou a ação da PF em indícios de que as fintechs BK Bank e Bankrow atuavam de forma conjunta. Em um trecho da acusação, a promotoria afirma que a BK era "amplamente utilizada pela organização criminosa, inclusive por usinas sucroalcooleiras e distribuidoras ligadas ao grupo, para ocultar origem e destino de valores, utilizando "contas bolsões" que inibem o sistema antilavagem de capitais".

A BK, fundada em 2019, tem capital social de R\$ 9,075 milhões, e recebeu licença do Banco Central para atuar como instituição de pagamento, na modalidade emissor de moeda eletrônica, em novembro do ano passado. Já a Bankrow, criada no mesmo ano, não tem licença do BC.

O caso é pelo menos o quarto grande escândalo envolvendo fintechs não reguladas no último ano. No mês passado, o ataque hacker que afetou a C M e desviou mais de R\$ 800 milhões transferiu esse dinheiro para várias fintechs, muitas não reguladas. Em fevereiro, a operação Hydra, também da PF e MP-SP, apurou a ligação das fintechs 2GoBank e Inbank com o Primeiro Comando da Capital (PCC). Em agosto do ano passado, a Operação Concierge mirou

outras duas fintechs: InovePay e TI 0 Bank, também de Campinas.

A sucessão de episódios levou a Fazenda a preparar mudanças no tratamento tributário de fintechs. O ministro da pasta, Fernando Haddad, afirmou que elas passarão a ter as mesmas obrigações dos grandes bancos perante a **Receita Federal**. Segundo o Valor apurou, a Receita deve editar hoje instrução normativa "sucinta", que colocará as fintechs no rol de instituições obrigadas a apresentar a c-Financeira. E a mesma essência da IN 2219, que virou o centro de uma onda de "fake news" sobre taxação do Pix sendo revogada pelo governo no início deste ano.

O diretor de organização do Sistema financeiro e de resolução do BC, Renato Gomes, afirmou não ver mudança imediata na regulação para fintechs, mas disse que a preocupação com a segurança e com a prevenção de lavagem de dinheiro está entre prioridades do BC. "Tem muita coisa que é fintech, a gente tem um calendário de autorização para instituições de pagamento. Não vejo nenhuma mudança imediata para a regulação. Enfim, acho que essa parte de prevenção de lavagem de dinheiro [PLD] de know your customer KYC, processo conhecido como conheça seu cliente] está sendo crescentemente trabalhado pelo Banco Central", disse ao ser questionado sobre o assunto durante evento no Rio de Janeiro.

Na acusação que baseou a operação, o MP apontou vínculos entre BK e Bankrow, que atuavam de forma coordenada. Ambas têm o mesmo sócio originário, Mario Luiz Gabriel Gardin, e há indícios de "procurações cruzadas" entre elas, e compartilham a mesma sede em Campinas (SP). "A BK Instituição de Pagamento recebeu R\$ 311.212.235,80 e enviou R\$ 65.777.482,90 para a Bankrow." Em nota, a BK disse que foi surpreendida pela operação. "A instituição de pagamentos é devidamente autorizada, regulada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil e conduz todas as suas atividades com total transparência, observando rigorosos padrões de compliance", disse. A Bankrow afirmou estar "sem entender por que foi inserida na operação, já que é uma empresa auditada pelo Banco Central, com envio diário de todas movimentações".

A Febraban, que já tinha pedido a antecipação do

cronograma do BC para que todas IPs sejam regulamentadas, disse que há um desequilíbrio entre, de um lado, inovação e abertura de mercado e, de outro, a segurança do sistema financeiro e a necessidade de controle e punição. Para a entidade, as operações vão na direção correta. "Não há outro caminho, diante do cenário que emergiu com diversos novos players de mercado, incluindo fintechs, que, claramente, não se submetem ao mesmo rigor dos controles de integridade e de prevenção a ilícitos financeiros", afirmou em nota.

Para Diego Perez, presidente da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs), a nova IN da Receita é bem-vinda. "Agente já apoiava antes e apoiamos novamente. É uma atualização necessária, e positivo, porque elimina assimetrias que existem, até porque a supervisão para conformidade tributária é a mesma. E as informações geradas ali servem como dados de inteligência para investigação policial, combater a prática de crimes, reduzir cenários frágeis que habilitam organizações criminosas usarem algumas fintechs mal-intencionadas para lavar dinheiro." Para João Paulo Braune Guerra, advogado associado do PGLaw, a legislação que está em vigor não é clara, pois ficam obrigadas ao reporte as instituições que têm como atividade principal captação, intermediação-que é quase a mesma redação do artigo que define instituições financeiras. "A [legislação] que foi revogada [em janeiro] era mais clara, trazia as instituições de pagamento", disse.

Fabiano Jantalia, sócio-fundador do Jantalia Advogados, também citou a questão das "contas-bolsão", em que fintechs depositam valores de vários clientes em uma única conta bancária, mantida em outra instituição financeira (que pode, inclusive, ser um banco incumbente), sem separação de titularidade no sistema. Segundo ele, essa exigência de individualização existe há muito tempo, para todas as instituições sujeitas à regulação do BC. "Talvez estejamos diante da necessidade de uma fiscalização mais detalhada. Temos um verdadeiro subterrâneo sendo operado por essas redes." Na visão de Marcelo Mello, associado sênior da área bancária do Pinheiro Neto, não é possível falar em "brechas" nas regras do BC. "Não acho que houve erro do BC. Foi uma opção regulatória que ele tomou lá atrás, considerando o risco sistêmico e a quantidade de instituições que seriam reguladas se ele passasse a regular todos independentemente da volumetria."

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

Fintech terá mesma regra que banco na Receita

Lu Aiko Otta, Ruan Amorim, Guilherme Pimenta, Tiago Ângelo e Maira Escardovelli

A **Receita Federal** deve publicar nesta sexta-feira uma instrução normativa (IN) em que obrigará as fintechs a prestar informações que hoje já são fornecidas pelos bancos tradicionais. Elas deverão apresentar a e-Financeira, um conjunto de arquivos que reúne detalhes sobre cadastro, movimentações, saldos, aplicações e outros dados, utilizados para fins de controle e avaliação de risco.

Cauteloso, o órgão não repetirá o texto da IN editada em setembro do ano passado que tinha o mesmo objetivo, mas acabou revogada depois de virar o centro de uma onda de "fake news" sobre taxação do Pix em janeiro deste ano. Na nota, com tom pouco usual para comunicações institucionais, o Fisco diz que não quer "dar margem para uma nova onda de mentiras".

A nota diz que a IN "vai deixar claro o intuito de combater o crime". Além disso, estabelecerá que instituições de pagamento e de arranjos de pagamento, as fintechs, "sujeitam-se exatamente às mesmas obrigações das instituições financeiras tradicionais".

A redação tenta evitar interpretações errôneas. Para tanto, faz uma referência expressa à Lei do Sistema de Pagamentos Brasileiro, adotando estritamente suas definições de instituições de pagamentos, arranjos de pagamento e contas de pagamento. "Deixando claro que não estamos criando nada de novo, apenas adotando as definições da lei já existente", informa a nota.

"Fintechs têm sido utilizadas para lavagem de dinheiro nas principais operações contra o crime organizado, porque há um vácuo regulamentar, já que elas não têm as mesmas obrigações de transparência e de fornecimento de informações a que se submetem todas as instituições financeiras do Brasil há mais de 20 anos", diz a Receita. "O crime organizado sabe disso e aproveita essa brecha para movimentar, ocultar e lavar seu dinheiro sujo." As fintechs entraram no radar da Receita em 2023, quando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, orientou o órgão a focar nas operações do crime organizado. As investigações detectaram sinais do uso dessas instituições em

lavagem de dinheiro.

Foi por esse motivo que, em setembro de 2024, foi editada a IN 2219/24, que obrigava as fintechs a apresentar a e-Financeira. Meses depois, a norma virou centro da chamada crise do Pix.

A edição da nova IN foi antecipada na manhã desta quinta-feira por Haddad, após a entrevista coletiva em que ele e o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, detalharam as três operações contra a atuação do crime organizado no comércio de combustíveis, utilizando fintechs para legalizar os recursos.

"Com isso, aumenta o potencial de fiscalização da Receita e a parceria da Receita com a Polícia Federal para chegamos sofisticados esquemas de lavagem de dinheiro que o crime organizado tem utilizado", comentou.

Haddad destacou também a importância de o Congresso Nacional votar o projeto de lei que define e estabelece punições para os devedores contumazes. A proposta mira nas operações do crime organizado que são estruturadas com base na sonegação de **tributos** e que se vale do expediente de abrir e fechar registros no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) para driblar a fiscalização. Com a lei, será possível impedir que essas empresas continuem funcionando, explicou o ministro.

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

A reforma administrativa tá chegando. E agora? Por Sérgio Botton Barcellos

O debate sobre a reforma administrativa (PEC 32/2020) que estava em voga, em um período histórico mais recente, entre os anos de 2019 e 2022 , voltou com força em 2025, por meio de um grupo de trabalho (GT) no Congresso que avança com baixa clareza, diálogo público restrito e indefinições sobre vínculos, estabilidade e carreiras. Conforme noticiado amplamente na mídia no dia 25 de agosto é anunciado que a reforma administrativa entra na pauta prioritária da Câmara , afirma Hugo Motta, presidente da Câmara dos Deputados. Ou seja, é reforçado o status central dessa agenda política no Congresso e sinaliza um avanço pressionado, mesmo diante das diversas críticas na atual conjuntura vivida no Brasil, o que agrava os riscos de avanços legislativos de caráter austero e tecnoburocrático, apressados e feitos sem a discussão apropriada e igualitária com todos os atores envolvidos.

Não nos enganemos, sobretudo a reforma administrativa, sob a ótica do mercado e da iniciativa privada, representa um esforço para reconfigurar o Estado brasileiro em função de interesses econômicos dominantes. Digamos que é uma entrega que determinados setores da elite vinculados ao setor empresarial e financeiro estão pedindo ao governo e ao congresso.

A proposta de reduzir a presença do Estado como executor direto de políticas sociais e aumentar a sua função reguladora mínima está em consonância com a lógica neoliberal consolidada desde os anos 1990. Bresser-Pereira, ao discutir a Reforma Gerencial do Estado , já apontava que a noção de eficiência e a ideia de administração pública orientada por resultados se tornaram centrais em um momento de ajuste estrutural e de pressão de organismos internacionais como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) etc. Essa lógica de eficiência, no entanto, se traduziu em redução da estrutura estatal, flexibilização de vínculos de trabalho e abertura de espaços de mercado para empresas privadas em setores tradicionalmente públicos como a educação, saúde, ambiente etc.

David Harvey, em sua análise sobre o neoliberalismo, destacou que esse modelo não se limita a um conjunto de medidas econômicas, mas corresponde a um projeto político de redistribuição de poder e de riqueza em favor de elites políticas e econômicas. A reforma

administrativa brasileira está sendo construída porque, ao flexibilizar - o quê na verdade é precarizar - a estabilidade e as formas de acesso ao serviço público, amplia as condições de captura do Estado por interesses privados e reduz a autonomia técnica de servidores(as). Esse movimento tem como fim, apesar dos discursos e malabarismos semânticos, o enfraquecimento da capacidade estatal de regular mercados, manter e fiscalizar atividades estratégicas e garantir direitos universais a sociedade.

Em Souza (2017) há uma dimensão sociológica a ser considerada nessa discussão que é o pacto das elites brasileiras em torno da manutenção de privilégios e da reprodução de desigualdades históricas e estruturais. Supostas reformas como a administrativa não atacam os privilégios localizados no topo do funcionalismo e nos mecanismos de reprodução das classes dominantes, nem mesmo os(as) servidores(as) que não cumprem suas responsabilidades e obrigações funcionais. Se concentram na base, onde estão a maioria dos(as) servidores(as) que garantem direitos sociais fundamentais. Assim, a narrativa da modernização e do combate a supostos privilégios se revela, na prática, um mecanismo de precarização do serviço público e de transferência de funções para o setor privado, reforçando a desigualdade e aprofundando a dependência do Estado em relação a interesses empresariais e alheios ao conjunto da sociedade que mais necessita de serviços públicos.

O mercado e a iniciativa privada objetivam na reforma administrativa uma oportunidade de expandir a terceirização e as parcerias público-privadas, capturar fatias do orçamento público e obter maior influência sobre políticas e regulações. A estabilidade e os concursos, que funcionam como barreiras republicanas contra o clientelismo, são mais enfraquecidos, abrindo caminho para contratações temporárias para as carreiras que não são consideradas típicas de estado. Isso tornará nomeações e seleções no serviço público tendencialmente mais suscetíveis a pressões políticas e econômicas. Nesse cenário, o Estado se torna menos capaz de coordenar políticas de longo prazo, mais vulnerável a ciclos eleitorais, e interesses de famílias tradicionais na política para nomeação em cargos e a interesses privados nacionais e internacionais de curto prazo, e mais dependente de soluções privadas que, longe de serem universais, são

orientadas pela lógica da lucratividade, eficiência alheia aos interesses da maioria da sociedade e a manutenção da desigualdade estrutural.

Ou seja, a reforma administrativa que está em pauta no Congresso não é algo apenas de interesse do funcionalismo público, mas da sociedade brasileira no que tange a acesso e garantia a direitos sociais básicos e a construção de direitos universais.

O que notas técnicas de sindicatos, organizações e movimentos sociais trazem?

Além disso, de imediato o que se percebe é que a justificativa para fazer a reforma o ponto de vista fiscal, a promessa de "economia estrutural", que está alicerçado no projeto do governo Lula 3 que é o arcabouço fiscal, carece de base consistente: a Nota Técnica nº 69/2021 da Consultoria de Orçamentos do Senado apontou que os efeitos da PEC 32 eram, na melhor das hipóteses, incertos e limitados, e sugeriu medidas alternativas mais eficazes para qualificar os gastos com pessoal. A **ANFIP** reforçou a crítica, alertando que a proposta poderia agravar o panorama fiscal ao desorganizar capacidades essenciais de arrecadação, fiscalização e planejamento.

As análises do DIEESE apontam que a reforma desloca o foco da gestão pública consolidada para a precarização dos vínculos e o enfraquecimento de garantias republicanas. A Nota Técnica nº 254/2021 demonstrou que a combinação de novas contratações, instabilidade e discricionariedade em carreiras compromete acesso e qualidade dos serviços, sobretudo nas áreas de saúde, educação e assistência.

Em dois artigos recentes publicados no site Outras Palavras se aprofundam essa crítica. Primeiro, o texto "A quem interessa a 'Reforma' Administrativa?" expõe que o discurso de que o serviço público seria "inchado" e ineficiente é um mito que, repetido insistentemente, legitima cortes e flexibilizações, embora os desperdícios de fato estejam em segmentos mais privilegiados e não na base do funcionalismo. No outro artigo "Os riscos da Reforma Administrativa" ainda há o alerta "A reforma de que o Brasil precisa é aquela que serve à maioria da população, especialmente às pessoas que dependem de bens e serviços públicos de qualidade. Em outras palavras, o Brasil necessita de um Estado de bem-estar social, uma economia verde e digital e uma democracia resiliente."

Um outro vetor de preocupação está no uso da remuneração por produtividade como solução simplista. Em outra análise publicada no JOTA alerta-se que, ao tentar medir produtividade em serviços públicos complexos, incentiva-se o "jogo de

indicadores", priorizam-se tarefas mensuráveis em detrimento do essencial, corroem-se as cooperações e fomentam-se práticas de curto prazo. Essas medidas tendem a deslocar prioridades públicas, aprofundar desigualdades territoriais e prejudicar a eficácia do serviço público.

Ou seja, somando-se esses elementos, a contradição se torna clara: a proposta de reforma reflete um ideal de eficiência e economia, mas destrói capacidades estatais, sem enfrentar privilégios factuais, históricos e estruturais, oferecendo na prática um Estado desmantelado e menos capaz de coordenar políticas de longo prazo em um momento em que o país carece de planejamento para enfrentar crises geopolíticas, sociais, econômicas e climáticas. Isto é, não faz sentido uma reforma administrativa que não seja no sentido de fortalecer o Estado em suas diretrizes para promover práticas de gestão administrativa e de pessoas com foco na resolução de gargalos reais como políticas públicas orientadas por dados e indicadores sociais públicos, não por interesses de deputados(as) e senadores(as) via emendas, por investimento em tecnologia, nos processos, na execução orçamentária, coordenação e na gestão com base na soberania popular (vide discussão feita no livro " 570 dias no governo Lula 3 ").

E o governo Lula 3 diante da Reforma administrativa?

A posição do governo Lula 3 diante da reforma administrativa é marcada por ambiguidade e contradições, o que pode ser visto na recente entrevista recente concedida por Esther Dweck, ministra do MGI. Desde a transição em 2023, o governo adotou um discurso de que não retomaria a PEC 32 apresentada no governo anterior, considerada uma proposta abertamente hostil ao serviço público. O discurso oficial afirmava que qualquer debate sobre modernização da gestão pública deveria ser construído com diálogo e com foco na valorização do servidor. No entanto, com o avanço das negociações no Congresso em 2025, o Planalto não se colocou frontalmente contra a retomada da reforma e, em diferentes momentos, ministros da área econômica e da Casa Civil sinalizaram disposição em negociar pontos com a base congressional.

Esse movimento revela uma tática para demonstrar compromisso com o projeto de governo que é o arcabouço fiscal e com a agenda de responsabilidade exigida pelo mercado, mas cria uma posição ambígua: de um lado, o governo nega a reforma nos termos originais da PEC 32, de outro aceita discuti-la para atender pressões políticas e fiscais.

Essa postura coloca em evidência a contradição entre a base social e a base política do governo. Os

sindicatos, as centrais e os movimentos sociais que foram pilares históricos de apoio a Lula se manifestam de forma contundente contra a reforma, denunciando riscos de precarização do serviço público. Por outro lado, os partidos que compõem o centrão e setores empresariais, fundamentais para a carcomida governabilidade, pressionam pela aprovação de uma pauta de modernização do Estado e tratam a reforma administrativa como prioridade. Essa tensão revela o dilema do governo que já está em modo campanha eleitoral: se assumir a defesa plena de sua base social pode enfrentar custos no Congresso, mas se ceder à pressão congressual corre o risco de se distanciar de sindicatos e movimentos.

O discurso oficial de modernização busca suavizar o debate, enfatizando termos como digitalização de processos, carreiras mais atrativas e racionalização administrativa. Todavia, ao não se posicionar claramente contra a flexibilização da estabilidade ou contra alterações nos vínculos, o governo se aproxima de uma reforma precarizante. A ambivalência atual repete contradições já observadas em outras agendas do Lula 3, como na política ambiental, na questão agrária e na política fiscal, com a promessa de priorizar direitos sociais ao mesmo tempo em que se mantém um arcabouço fiscal restritivo que engessa o orçamento.

As consequências dessa postura podem ser múltiplas. Para os(as) servidores(as) públicos(as), o governo pode perder legitimidade relativa ao assumir posturas ambíguas e contraditórias ao não ter um projeto estratégico de país, inclusive para o serviço público, além do arcabouço fiscal. Para a governabilidade, a concessão a pressões do centrão pode garantir vitórias momentâneas, tende a enfraquecer o capital político diante de sua base social tradicional. Para o nosso esboço de democracia, há o risco de que um governo eleito com a promessa de recompor o Estado, após o desmonte bolsonarista, acabe por entregar uma agenda que mantém e amplia a lógica neoliberal de austeridade e desmonte institucional.

Chama-se atenção que os aspectos que têm respaldo da sociedade para mudanças, como as assimetrias de remuneração entre os três poderes e a aposentadoria dos militares não são pautados por parte do discurso oficial do governo e muito menos na relatoria da PEC.

Bom, a ver os próximos desdobramentos das articulações do governo Lula 3 junto as bancadas do Congresso Nacional, com a Faria Lima e demais setores privados interessados na reforma administrativa.

E as centrais sindicais?

Um aspecto fundamental do atual debate até o momento pode ser a mobilização sindical. A oportunidade e o espaço estão aí para serem ocupados. Diferentes entidades têm se articulado debates e formas de barrar a reforma administrativa. O Fórum Nacional dos **Servidores Públicos** Federais (Fonasefe), a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), entre outros, têm organizado agendas para discutir a proposta.

Além da mobilização de base, os sindicatos têm investido em pressão parlamentar. A estratégia concentra-se em três frentes: realização de audiências públicas para expor os riscos da reforma, busca de diálogo com parlamentares de centro (MDB, PSD e União Brasil) e aproximação com a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. Essa movimentação política reforça o alerta de que, caso a proposta avance em regime de urgência, o espaço de diálogo poderá ser ainda mais reduzido do que já está e aumenta o risco de passar um texto que traga sérios revezes ao funcionalismo público.

Centrais sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a Intersindical têm promovido campanhas, a seu jeito e com suas limitações conjunturais e políticas, debatendo os mitos de que o Estado brasileiro estaria "inchado" ou que os servidores "ganham muito". Dados sistematizados mostram que o número de servidores no Brasil é proporcionalmente menor que a média da OCDE e que a maioria das carreiras de base recebe salários abaixo da média das ocupações de nível superior.

O desafio de construir mobilizações de grande lastro, contudo, permanece: a) superar a fragmentação e as contradições internas entre categorias e entidades sindicais devido à proximidade ou distanciamento político e partidário com o governo; b) disputar a opinião pública contra o discurso de modernização e privilégios generalizados propagado pela mídia hegemônica; e c) enfrentar a pressão de setores privados que colocam a reforma como prioridade imediata no Congresso.

E agora? O quê fazer?

Parece que a conjuntura impõe que precisamos nos mobilizar o quanto antes diante da reforma administrativa porque o processo legislativo relativo a essa proposta tende a ser rápido, marcado por

negociações intensas no Congresso e com baixo nível de participação popular. A experiência recente com outras reformas estruturais, como a previdenciária em 2019 e a trabalhista em 2017, mostra que, quando a mobilização social ocorre apenas depois do avanço do texto, as possibilidades de barrar retrocessos ou de introduzir mudanças significativas e de interesse popular ficam muito reduzidas. Fora que nos processos de votação nos plenários os textos são alterados e podem ser colocados "jabutis" passando por cima do acúmulo de discussões feitas anteriormente. Por isso da necessidade de constante articulação e vigilância popular junto ao Congresso antes que decisões de grande impacto nessa reforma sejam tomadas a portas fechadas.

A reforma administrativa não é apenas uma questão de gestão tecnocrática ou de ajuste fiscal, mas um projeto que toca diretamente na estrutura do Estado brasileiro e o modo como ele pode garantir direitos sociais. Até porque, diante da desigualdade social estrutural brutal que temos no Brasil, a máquina pública brasileira necessita ser ampliada para assegurar dignidade à população e direitos universais como educação, saúde, ambiente, moradia, transporte público etc.

Parece que o quanto antes sindicatos, movimentos sociais, entidades acadêmicas e organizações da sociedade civil se articularem, maior será a capacidade de disputar narrativas, de esclarecer a população sobre os efeitos concretos da reforma, de pressionar parlamentares e mobilizar manifestações de peso para que haja um amplo debate na sociedade sobre a reforma administrativa e os seus efeitos.

-

Sindsep - DF

Site: <https://racismoambiental.net.br/2025/08/29/a-reforma-administrativa-ta-chegando-e-agora-por-sergio-botton-barcellos/>

Pejotização, atraso e modernidade - CELSO MING

CELSO MING

Não é de hoje que o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, se posiciona de forma equivocada ao tratar de temas sobre os quais afirma ter grande conhecimento.

Nesta quarta-feira, por exemplo, condenou mais uma vez a pejotização, mas pelo motivo equivocado. Disse que se o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovar essa modalidade de contrato, produzirá uma catástrofe, porque derrubará a arrecadação de **impostos**, taxas e contribuições que se baseiam na folha de pagamentos das empresas, como **INSS**, FGTS e contribuições sociais (Sesi, Sesc e Senac). Se fosse por aí, seria necessário condenar a Inconfidência Mineira, porque produziria inevitável queda de receitas.

Pejotização é a contratação de profissionais especializados para a execução de serviços ou atividades, não como funcionários regidos pela CLT, mas como pessoas jurídicas (empresas).

Daí o termo pejotização.

O ministro não faz distinções.

Para ele, pejotização sempre é fraude, disfarce destinado a fugir das obrigações trabalhistas, invenção voltada a "precarizar" o emprego do trabalhador.

Este é um jeito velho de ver as coisas, porque ignora as enormes transformações nas relações de trabalho produzidas pela disseminação do uso de tecnologia nos meios de produção.

Desde a flexibilização das leis trabalhistas, promovida pela administração **Temer**, em 2017, a pejotização foi quase sempre rejeitada pela Justiça do Trabalho. Com o tempo, foi cada vez mais empregada, não propriamente para reduzir os custos de mão de obra mas, principalmente, para aumentar a produtividade do trabalho e a competitividade das empresas. Nessas condições, a pejotização é um incentivo à contratação de pessoal - e não o contrário.

Desde 2022, aumentaram substancialmente os processos pedindo reconhecimento de vínculo empregatício. Por isso, o Supremo foi chamado a se

pronunciar sobre o tema. Sob a relatoria do ministro Gilmar Mendes, em abril, o tribunal decretou a suspensão dos julgamentos sobre a pejotização até que o STF dê a última palavra.

O ministro já vem se declarando pela aprovação da terceirização, sob o argumento de que não se pode conter a modernização das relações de trabalho. Na última quarta-feira, lançou críticas fulminantes contra defensores de ideias antigas, como as do ministro Luiz Marinho, que chamou de protetoras de "vacas sagradas", como as da CLT.

Como observam os especialistas em Relações de Trabalho, José Pastore e Sylvia Lorena, a pejotização "é uma relação de natureza civil, pautada pela liberdade contratual. Muito moderna.

Eventuais disputas devem ser dirimidas pela Justiça Civil". Que cada qual entenda de que lado está. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Contas do governo têm pior resultado desde 2020, com déficit de R\$ 59,1 bi

VIA SAID, GIORDANNA NEVES, GUSTAVO NICOLETTA E FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

As contas do governo central registraram déficit primário em julho.

No mês, a diferença entre as receitas e as despesas ficou negativa em R\$ 59,12 bilhões. O resultado veio depois do déficit de R\$ 44,29 bilhões em junho. O saldo em julho - que reúne as contas do Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central - foi o segundo pior em termos reais (descontada a **inflação**) para o mês da série histórica, iniciada em 1997. Em julho de 2024, o resultado havia sido negativo em R\$ 8,86 bilhões, em valores nominais.

Ainda assim, o resultado do sétimo mês do ano veio abaixo da mediana das estimativas das instituições consultadas pelo Projeções Broadcast, que era de déficit primário de R\$ 59,50 bilhões.

Para analistas, o déficit ocorreu em razão de uma alta nas despesas e frustração com arrecadação, o que deve obrigar o governo a fazer novos bloqueios orçamentários.

No acumulado do ano até julho, déficit soma R\$ 70,27 bilhões.

Em igual período do ano passado, esse mesmo resultado era negativo em R\$ 76,24 bilhões, em termos nominais.

Em julho, as receitas totais tiveram alta real de 4,5% em relação a igual mês do ano passado.

No acumulado, houve alta real de 3,5%. Já as despesas tiveram alta de 28,3% em julho, já descontada a **inflação**, em comparação com o mesmo período do ano passado. No acumulado do primeiro semestre, a despesa total apresentou alta real de 2%.

Já em 12 meses até julho, o governo central apresenta déficit de R\$ 34,1 bilhões, equivalente a 0,3% do **PIB**. Desde janeiro de 2024, o Tesouro passou a informar a relação entre o volume de despesas sobre o **PIB**, uma vez que o arcabouço fiscal busca a estabilização dos gastos públicos.

No acumulado dos últimos 12 meses até julho, as

despesas obrigatórias somaram 17,34% em relação ao **PIB**, enquanto as discricionárias (não obrigatórias, como investimentos e custeio) do Executivo alcançaram 1,34% em relação ao **PIB** no mesmo período.

Para 2025, o governo almeja um resultado primário neutro (0% do **PIB**), permitindo uma variação de 0,25 ponto porcentual para mais ou para menos, conforme estabelecido no arcabouço.

O limite seria um déficit de até R\$ 31 bilhões. O limite de despesas para 2025 é fixo em R\$ 2,249 trilhões neste ano.

BLOQUEIO. Para o economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, o governo precisará de um bloqueio adicional de R\$ 5 bilhões para cumprir o limite de despesas em 2025, dado que os gastos públicos têm sido pressionados pelo crescimento dos benefícios previdenciários e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Atualmente, há R\$ 10 bilhões em despesas bloqueadas.

Em comentário sobre os resultados do governo central em julho, Sbardelotto disse que as despesas apresentaram um aumento acentuado, impulsionado pelo pagamento de precatórios (dívidas judiciais do governo em que não cabe mais recursos). "A despesa total subiu 28,3% em termos reais em relação ao ano anterior. A variação foi explicada principalmente pelo aumento das dívidas judiciais, que também afetaram os benefícios da **Previdência Social** (26,8%), pessoal (17,9%) e BPC/LÔAS (11,2%)", afirmou.

Segundo o economista-chefe da Análise Econômica, André Galhardo, o déficit das contas do governo central se deu por conta de um aumento real de 2% das despesas e uma frustração de pelo menos R\$ 40 bilhões na arrecadação que era esperada pelo mercado. "Esse dado de julho, em particular, ficou bem pior do que a gente esperava. A gente estava esperando um aumento bom de receita, mas um aumento menos intenso de despesa, e aí o descasamento do nosso resultado", disse o economista. |

**

Receitas x despesas

28,3% foi a alta real (descontada a **inflação**) das despesas registrada em julho ante o mesmo mês de 2024, conforme dados do Tesouro Nacional

4,5% foi o aumento real (descontado a **inflação**) da arrecadação em julho, se comparado ao mesmo mês do ano passado, de acordo com dados do Tesouro Nacional

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pressão em benefícios deve impor bloqueio de R\$ 5 bi

Anais Fernandes De São Pau lo

O resultado primário do governo central brasileiro voltou ao negativo no acumulado de 12 meses até julho após dois meses positivos consecutivos, mas veio em linha com o que esperavam os economistas.

Em julho, o governo central registrou déficit de R\$ 59,1 bilhões. O Santander, por exemplo, esperava um rombo de R\$ 59,5 bilhões. Com isso, no acumulado em 12 meses, houve um déficit de R\$34,1 bilhões.

O resultado de julho foi o segundo pior para o mês na série histórica, impulsionado por cerca de R\$ 60 bilhões pagos em precatórios.

O desempenho da receita, que cresceu 3,9% em relação a julho do ano anterior, "permaneceu sólido, com o segundo semestre do ano iniciando em ritmo semelhante ao do primeiro semestre", diz Ítalo Franca, economista do Santander, em comentário distribuído.

Do lado das despesas, afirma o economista, benefícios previdenciários como o de prestação continuada (BPC) continuam a exercer pressão. Isso reforça a expectativa do Santander de um congelamento adicional de R\$ 5 bilhões em gastos no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias bimestral previsto para setembro, diz Franca.

Tiago Sbardelotto, economista da XP, observa que as altas em benefícios da **Previdência Social**, pessoal e BPC foram de 26,8%, 17,9% e 11,2%, respectivamente. Sem contar o efeito do pagamento de precatórios, que este ano foi em julho e no ano passado foi em fevereiro, os aumentos teriam sido de 2,6%, 3,2% e 7,3%, estima o especialista.

"Chamamos a atenção para o fato de que, mesmo excluindo essas despesas, os benefícios da **Previdência Social** e o BPC/Loas teriam aumentado acima do limite de gastos (2,5%), mostrando uma pressão crescente sobre os gastos discricionários", afirma Sbardelotto em comentário distribuído.

Para Fernando Montero, economista-chefe da Tullet Prebon, a pressão dos precatórios não vem apenas do calendário diferente de pagamentos entre 2024 e 2025. Os sete primeiros meses deste ano pagaram R\$ 79,7

bilhões em sentenças e precatórios judiciais, ante R\$ R\$ 52,7 bilhões pagos nos sete primeiros meses do ano passado, a preços de julho de 2025, observa Montero.

"O delta, que já cresceria pelo espantoso aumento vegetativo nesta rubrica, é ainda agigantado pelo fato do fim de 2023 ter antecipado muitos pagamentos que corresponderiam à base comparativa de 2024. Caso excluíssemos todos os precatórios, o gasto real total do Tesouro Nacional nos primeiros sete meses do ano ficaria estável ou +0,1 % ao invés dos 2% computados", afirma Montero, ponderando que simulações sem precatórios não vão resolver o problema.

O Santander manteve projeção de déficit total de R\$ 80 bilhões (ou 0,6% do **PIB**) para 2025. Embora Franca afirme acreditar que o cumprimento da meta de primário este ano seja alcançável, ele prevê desafios para o desempenho da receita no segundo semestre à incerteza sobre o impacto das medidas de arrecadação, principalmente as vinculadas ao petróleo, e a uma potencial perda de dinamismo econômico. Além disso, explica Franca, pesam os preços mais baixos no atacado, já que a receita depende muito do **PIB** nominal, que é calculado considerando o crescimento e também a **inflação**-o deflator do **PIB**, que, por sua vez, depende de índices de preços ligados ao atacado, como o IGP-M.

"Esperamos que o crescimento da receita desacelere ainda mais, mas permaneça em um nível ainda alto, permitindo que o governo reduza sua dependência de receitas não recorrentes este ano", pondera Sbardelotto. Ele projeta um déficit de R\$ 63,9 bilhões para este ano, ou R\$ 15,3 bilhões excluindo os precatórios fora do limite da regra, um resultado que ficaria acima, portanto, do limite inferior da meta do resultado primário para o ano, de R\$ 31 bilhões.

Considerando que a pressão sobre as despesas continuará, porém, Sbardelotto também diz ver a necessidade de um bloqueio adicional de R\$ 5 bilhões, já considerando os bloqueios de R\$ 10 bilhões em vigor.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

PF investiga fraude milionária no seguro-defeso no Amapá

Por Rafael Aleixo, g1 AP - Macapá

A Polícia Federal deflagrou nesta sexta-feira (29) a Operação Rede Fantasma, em Santana (AP), para investigar um esquema de fraude no Seguro-Defeso.

O benefício é pago a pescadores artesanais durante o período de reprodução dos peixes.

Foram cumpridos sete mandados de busca e apreensão.

A investigação começou após uma fiscalização da PF, que identificou irregularidades nos registros do benefício nos sistemas da **Previdência Social**.

A Polícia Federal deflagrou nesta sexta-feira (29) a Operação Rede Fantasma, em Santana (AP), para investigar um esquema de fraude no Seguro-Defeso. O benefício é pago a pescadores artesanais durante o período de reprodução dos peixes. Foram cumpridos sete mandados de busca e apreensão.

A investigação começou após uma fiscalização da PF, que identificou irregularidades nos registros do benefício nos sistemas da **Previdência Social**.

Baixe o app do g1 para ver notícias do AP em tempo real e de graça

Segundo os agentes, um grupo usava uma associação de pescadores como fachada para solicitar o seguro de forma indevida. Parte dos valores recebidos era repassada entre os integrantes do esquema e lavada por meio de empresas ligadas ao grupo.

Entre 2022 e 2023, um dos investigados movimentou R\$ 2,89 milhões em sua conta, sendo R\$ 1,08 milhão em dinheiro vivo. De março a setembro de 2023, ele registrou R\$ 1,87 milhão em movimentações, mesmo sem vínculo empregatício desde 2012 ou participação em empresas.

Outra pessoa investigada teve R\$ 1,68 milhão em créditos e R\$ 1,72 milhão em débitos entre 2022 e 2024.

Se as suspeitas forem confirmadas, os envolvidos podem responder por estelionato contra o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), formação de

quadrilha e lavagem de dinheiro. As penas podem ultrapassar 24 anos de prisão.

LEIA TAMBÉM:

Operação no Amapá flagra extração ilegal de ouro no Rio Vila Nova e destrói equipamentos
VÍDEO: incêndio destrói 8 casas na Zona Sul de Macapá
Motorista de aplicativo é morto com 25 facadas em ramal da BR-156, em Macapá

Veja o plantão de últimas notícias do g1 Amapá

VÍDEOS com as notícias do Amapá:

Site:

<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2025/08/29/pf-investiga-fraude-milionaria-no-seguro-defeso-no-amapa.ghtml>

Setor público tem déficit de R\$ 66,6 bilhões e dívida sobe para 77,6% do PIB em julho, segundo BC

Bernardo Lima

O setor público consolidado registrou um déficit primário (quando se desconta o pagamento dos juros da dívida) de R\$ 66,6 bilhões em julho deste ano, de acordo com dados do Banco Central (BC) divulgados nesta sexta-feira. O déficit é três vezes maior do que o resultado negativo de R\$ 21,3 bilhões registrado em julho do ano passado.

Os dados do setor público consolidado levam em conta os resultados fiscais de União, estados, municípios e empresas estatais (exceto setor financeiro e Petrobras).

O déficit acontece quando as despesas do governo são maiores que suas receitas com **tributos** e **impostos**. O mesmo acontece nos casos das empresas estatais, mas com suas receitas de serviços e produtos.

O resultado refletiu os déficits de R\$ 56,4 bilhões do governo federal e de R\$ 8,1 bilhões das estatais, e R\$ 2,1 bilhões dos estados e municípios.

Em doze meses, o setor público consolidado acumulou superávit primário de R\$ 27,3 bilhões, o que representa 0,15% do **PIB**.

Ao se considerar o critério nominal, que engloba as despesas com juros da dívida pública, houve déficit de R\$ 109 bilhões em julho. No acumulado de doze meses, houve déficit nominal de R\$941,2 bilhões (7,63% do **PIB**).

O BC ainda divulgou o número da dívida bruta do Brasil em julho, que voltou a subir e atingiu R\$ 9,6 trilhões, o que equivale a 77,6% do **PIB**, um crescimento de 0,9 ponto percentual em relação ao mês anterior.

O cálculo leva em conta o governo federal, **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e governos estaduais e municipais. Este é um dos principais indicadores econômicos observados pelos investidores na avaliação da saúde das contas públicas.

Segundo o BC, a variação mensal da dívida bruta foi puxada para cima pelos juros nominais apropriados (alta de 0,8 ponto percentual), das emissões líquidas da dívida (alta de 0,4 ponto percentual) e pelas variação do **PIB** nominal, que teve redução de 0,4 ponto percentual.

Enquanto isso, a dívida líquida, que desconsidera os ativos do governo, subiu a 63,7% do **PIB** em julho, chegando a R\$ 7,9 trilhões, um crescimento de 0,8 ponto percentual em comparação com o mês anterior.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/08/29/setor-publico-tem-deficit-de-r-666-bilhoes-e-divida-sobe-para-776percent-do-pib-em-julho-segundo-bc.ghtml>

Servidor tem de ganhar no máximo teto e ser avaliado, mostra pesquisa

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

A maioria da população é favorável à estabilidade dos servidores, mas defende um freio no pagamento de supersalários no serviço público e também cobra uma avaliação por desempenho e maior diversidade nos cargos, conforme pesquisa do Instituto Datafolha encomendada pelo Movimento Pessoas à Frente.

Segundo o levantamento, 83% dos brasileiros disseram ser a favor de uma regulamentação efetiva do teto constitucional dos salários para que nenhuma remuneração ultrapasse esse limite - de R\$ 46.366,19, equivalente ao salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Algumas categorias, como Judiciário e Ministério Público, têm benefícios pagos acima do teto, conhecidos como "penduricalhos".

Somente no caso dos juízes, os pagamentos acima do teto somaram R\$ 10,5 bilhões em 2024, incluindo remunerações por acúmulo de serviço e auxílio saúde.

Em 2021, a pesquisa havia apontado que 93% dos brasileiros eram contra o pagamento de auxílios além do teto constitucional.

Agora, perguntados sobre a regulamentação, oito em cada dez entrevistados defendem uma mudança para que a regra seja cumprida.

"A população é contra e está na mão da classe política dar uma resposta para a sociedade e frear os supersalários", diz Jessika Moreira, diretora executiva do movimento, que reúne especialistas, parlamentares, **servidores públicos** e integrantes do terceiro setor.

"Qualquer proposta de reforma administrativa que não enfrente essa questão não estará respondendo os anseios da população, que clama por uma solução para esse problema que deslegitima e gera uma descrença no serviço público." ESTABILIDADE. Foram entrevistadas 2.008 pessoas, com margem de erro dois pontos percentuais para mais ou para menos, de forma presencial entre os dias 9 e 12 de junho em todas as regiões do País. A íntegra dos resultados foi publicada ontem.

De acordo com a pesquisa, 75% dos brasileiros acreditam que a estabilidade no serviço público é

importante para a proteção dos funcionários contra eventuais pressões ou perseguições.

Ao mesmo tempo, 94% afirmam que os funcionários públicos deveriam ser avaliados constantemente, sendo recompensados e responsabilizados pelo resultado apresentado.

"Aliar a segurança do servidor agindo a partir da estabilidade com a gestão de desempenho com base em metas institucionais, com acompanhamento, monitoramento e avaliação dessas metas, é a forma de alcançar o equilíbrio entre a segurança contra pressões e perseguições e o incentivo à qualidade dos serviços e políticas públicas entregues na ponta", diz Eduardo Couto, coordenador de Conhecimento do Movimento Pessoas à Frente.

A Câmara montou um grupo de trabalho para elaborar uma proposta de reforma administrativa - que deve tocar nos supersalários e na avaliação por desempenho, segundo o coordenador do grupo e relator, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ).

DIVERSIDADE. A pesquisa mostra ainda que 82% dos entrevistados concordam em reservar vagas para mulheres, pessoas negras, indígenas e quilombolas em concursos públicos, e 80% dizem ser a favor de vagas em cargos de liderança para esses grupos, incluindo em diretorias de escolas, hospitais, fóruns e repartições.

Os brasileiros deram nota de 6,9 ao serviço prestado pelos funcionários públicos no País, em uma escala de 0 a 10.

A avaliação representa um aumento de 0,5 ponto em relação à pesquisa feita em 2021.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mudanças no PL da isenção do IR podem trazer mais déficits (Editorial)

O lance eleitoral que o presidente Lula guardou para o fim de sua gestão, já pensando na reeleição, corre o risco de ser um desastre para os cofres públicos. Um Congresso rebelado e uma oposição destrutiva ameaçam de várias maneiras o projeto de isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, para impedir que o Planalto tire os dividendos políticos esperados. O risco mais grave é de que a taxaço dos contribuintes de maior renda, que compensaria a ampliação da isenção, seja rejeitada. O governo espera com ela cobrir uma perda de arrecadação estimada em R\$ 25 bilhões.

O relator do projeto de lei 1087, deputado Arthur Lira (PP-AL), foi dúbio a respeito da aprovação integral da taxaço de até 10% dos que têm renda acima de R\$ 50 mil e apontou haver objeções disseminadas a ela. Uma parte do PP sugere substituir a carga sobre as maiores rendas pelo aumento da taxaço das instituições financeiras. O União Brasil também quer evitar aumento de **impostos**, enquanto a oposição bolsonarista, alojada no PL, pretende colocar bombas fiscais nas mãos do Executivo. Uma das ideias ventiladas é aprovar a isenção e rejeitar a tributação dos dividendos e a alíquota complementar para os ricos. Ou ainda, agir na outra ponta e estender a isenção do IR para bem além dos R\$ 5 mil. Embora possam machucar o governo, os prejuízos maiores recairiam sobre as contas públicas e, no final, sobre todos os contribuintes.

Lula planejou as mudanças no Imposto de Renda, promessa eleitoral do pleito de 2022, para vigorarem no ano eleitoral de 2026. Os argumentos de aliviar a carga dos mais pobres e aumentar a progressividade do Imposto de Renda, elevando a carga sobre as faixas de maior renda, são sedutores e até fazem sentido, mas existem fornias menos nocivas e demagógicas para se atingir os objetivos anunciados.

A isenção atual, até dois salários mínimos, engloba 70% da população com renda. Cálculos do Fundo Monetário Internacional apontam que sua extensão à faixa de R\$ 5 mil acrescentaria 10 milhões de pessoas ao total de isentos, que corresponderia a 85% de todos os trabalhadores do país. Segundo o Fundo, esse percentual supera largamente o dos países da OCDE. Além disso, os técnicos do Fundo apontam que, ao contrário da intenção, a mudança "contribuirá para reduzir a progressividade, beneficiando as faixas

de alta e média renda, já que as pessoas de baixa e média renda ganham bem abaixo do limite".

Da importância de aumentar a progressividade da carga do IR não decorre a necessidade de reduzir o peso das faixas de menor renda. Ao não cobrar o imposto de quem tem rendimentos de até R\$ 3.036, mais de dois terços dos potenciais contribuintes já estão isentos. Ao unir medidas que poderiam estar separadas, o governo avaliou que, dada a popularidade da isenção, o Congresso não se negaria a aprová-la. Mas o Planalto tem cada vez menos segurança de que seus projetos passem na Câmara e no Senado, como a forte derrota na lei do licenciamento ambiental demonstrou. Os partidos do Centrão estão cada vez mais relutantes em aumentar **impostos**.

Existem maneiras justas de aliviar o peso do IR. A primeira delas seria atualizar a tabela do IR pela **inflação** todo ano. Antes de Lula assumir a Presidência, a tabela estava congelada desde 2015, uma forma fácil, segura e esperta de elevar o imposto de renda de todos os assalariados. Seria preciso ampliar as faixas para graduar melhor o imposto. Na declaração do IR de 2025, referente a ganhos em 2024, as alíquotas mudam a cada R\$ 1 mil, mais ou menos, de 5% para 15%, 22,5% e 27,5%. Assim, um cidadão que tivesse rendimentos alguns reais a mais que R\$ 4.665, apenas R\$2,3 mil acima da faixa de isenção, foi enquadrado na maior alíquota, 27,5%. Faixas intermediárias poderiam ser criadas, assim como alíquotas maiores para pessoas com altos rendimentos.

Concentrar muito a arrecadação do imposto sobre a renda nas camadas com rendimento maior, as que têm mais meios de eludir o tributo, não é recomendável. Nos países desenvolvidos, a tendência é de dar primazia tributária sobre rendas e posses e reduzir a carga sobre o consumo. No Brasil, caminha-se no sentido contrário. Dispensa-se quem tem capacidade contributiva do imposto sobre a renda e taxa-se o consumo com a maior alíquota do mundo, como indica o IVA de 27,5%-28% que deverá vigorar com a **reforma tributária**.

Há espaço para aumentar a arrecadação e torná-la mais progressiva, eliminando brechas do IR, por exemplo, que só beneficiam pessoas de renda média

para cima, e ampliando os **impostos** sobre o Simples, problema que o projeto de lei ataca lateralmente ao taxar os dividendos. Sempre haverá oposição a qualquer mudança no status quo dos **impostos**. Um dos problemas em relação a mudanças planejadas, graduais e racionais é que elas não rendem votos. O governo Lula envolveu um número vistoso, R\$ 5 mil, na bandeira da justiça social, como se fosse o único meio de realizá-la. Há boas chances de que a conta final da isenção, depois de passar pelo Congresso, redunde em mais déficit fiscal.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Alinhamento de obrigações acessórias como pilar de eficiência da reforma tributária

A DERE (Declaração Eletrônica de Regimes Específicos) é uma nova obrigação acessória prevista no âmbito da **reforma tributária**, reunindo em um único documento eletrônico as informações tributárias sobre setores com regimes diferenciados, a exemplo dos serviços financeiros, que incluem as operações de seguros, previdência privada, capitalização, entre outros. A DERE está em desenvolvimento, e tem previsão para entrar em vigor a partir de 2026, após regulamentação adequada. Isso exigirá das empresas modernização tecnológica, consolidando processos de coleta, harmonização e envio de dados.

Por sua vez, o SRO (Sistema de Registro de Operações), criado pela Susep (Superintendência de Seguros Privados) em 2020, já está em uso no setor de seguros, capitalização e **previdência complementar** aberta. Nesse sistema, os dados das operações são enviados pelas próprias supervisionadas às entidades registradoras homologadas, que os disponibilizam à Susep para integração em uma plataforma central utilizada para supervisão, estatísticas e prestação de serviços ao cidadão. Esse sistema, quando totalmente implementado, permitirá maior transparência e eficiência regulatória.

Um ponto de destaque é que os registros enviados ao SRO pelas seguradoras oferecem justamente o tipo de informação qualificada e padronizada que a **Receita Federal** possivelmente demandará para alimentar a DERE. Sem coordenação interinstitucional, as empresas podem se ver obrigadas a submeter os mesmos dados em formatos distintos a órgãos diferentes, o que eleva custos operacionais e propicia inconsistências.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

O aproveitamento dos dados do SRO, consumidos diretamente junto à Susep pela **Receita Federal**, traria ganhos substanciais: redução do custo de observância e duplicidade de envio, maior consistência e integridade das informações, eficiência tecnológica e menor demanda por sistemas paralelos e fluxos redundantes. Além disso, fortaleceria a governança de dados, com padrões comuns facilitando auditorias,

supervisão e transparência.

Essa proposta tem sido defendida no âmbito do setor de seguros. No contexto da tomada de subsídios realizada pela **Receita Federal** em junho, a CNseg apresentou contribuições relevantes alinhadas a essa lógica. Em resposta ao diálogo aberto com a sociedade civil sobre a **reforma tributária**, a CNseg destacou a importância de alinhamento, quando possível, nas obrigações acessórias -especialmente no sentido de reduzir sobrecarga de informação e otimizar o envio de dados- reforçando a necessidade de considerar a infraestrutura existente, como o SRO, na construção da DERE.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2025/08/alinhamento-de-obrigacoes-acessorias-como-pilar-de-eficiencia-da-reforma-tributaria.shtml>

Fraudes no setor de combustíveis causam prejuízo de R\$ 29 bi por ano

Robson Rodrigues, Helena Benfica e Felipe Laurence
De São Paulo

As operações ilegais ligadas ao setor de combustíveis geram um prejuízo estimado em R\$ 29 bilhões anuais, segundo cálculos do Instituto Combustível Legal (ICL). O impacto bilionário resulta de um conjunto de fraudes tributárias e operacionais que se espalham por toda a cadeia produtiva, da importação ao varejo nos postos, e que, segundo autoridades, vêm sendo cada vez mais dominada pelo crime organizado.

De acordo com o ICL, apenas os esquemas ligados a fraudes tributárias provocam perdas de R\$ 14 bilhões ao ano. Nesse grupo estão práticas como sonegação fiscal (com declarações fictícias, vendas sem nota e operações interestaduais simuladas) e inadimplência de empresas de fachada ou devedores contumazes, além de mecanismos de lavagem de dinheiro.

Outros R\$ 15 bilhões por ano são subtraídos por meio de fraudes operacionais, que incluem roubo e furto de cargas, adulteração e manipulação da qualidade dos combustíveis, fraude volumétrica nas bombas, atuação de formuladoras e batedeiras clandestinas e a proliferação de postos piratas. Segundo Emerson Kapaz, presidente do ICL, as investigações recentes deixam claro o envolvimento do crime organizado na engrenagem ilícita do setor.

"Os fundos que estão sendo averiguados vão mostrar a composição maior disso. Fundos offshore com laranjas por trás dos donos desses fundos. Agora vai ficar claro como o crime organizado se constitui na seara financeira", disse Kapaz ao Valor.

O dirigente ressalta que a atuação criminosa atinge todos os elos da cadeia de combustíveis, prejudicando diretamente as margens das empresas que operam de forma legal. Ontem (28), a Operação Carbono Oculto mirou um esquema bilionário de sonegação e fraudes no setor de combustíveis, supostamente comandado por integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC).

Antes, a atuação era pontual e isolada, principalmente com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) cassando registros relacionados a irregularidades na mistura de combustíveis. A questão é que o esquema migrou

para outras modalidades de fraude, sustentado por um capital robusto que garantia a continuidade. Por isso, a operação atacou o núcleo financeiro.

A megaoperação foi bem recebida pelas entidades que representam empresas de energia, óleo e gás e combustíveis no país. Bioenergia Brasil, Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom), União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica) e Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) manifestaram em nota apoio às autoridades.

"O combate às práticas ilícitas é fundamental para proteger consumidores, garantir a arrecadação de **tributos**, fortaleceu a confiança dos investidores e assegurar um ambiente de negócios transparente, que valorize empresas idôneas", afirmaram Bioenergia, Sindicom e Unica. "Para além da repressão, é imperativo avançar na agenda legislativa para consolidar e aplicar instrumentos que criem barreiras permanentes contra o mercado irregular", disse o IBP.

O presidente do conselho de administração do grupo Cosan, Rubens Ometto, relembrou a compra da Esso, em 2008, em um ambiente já marcado por irregularidades no setor de combustíveis. Em 2011, uma jointventure entre a multinacional anglo-holandesa Shell e a Cosan deu origem à Raízen, hoje a segunda maior do setor, e teve como consequência a saída da bandeira Esso do Brasil.

"Compramos a Esso por causa disso que está nos jornais de adulteração de combustíveis", afirmou. Segundo ele, a transação foi possível justamente porque o mercado já enfrentava a atuação de organizações envolvidas em práticas ilegais, e muitos investidores deixaram o Brasil com medo das facções. "Isso tem de acabar. É um câncer que está tomando conta do nosso país".

A consolidação do domínio do PCC sobre partes da cadeia de combustíveis eleva o alerta sobre o risco sistêmico para o mercado e para as contas públicas, segundo Kapaz, do ICL. Para ele, o trabalho integrado feito com Estados, polícia federal e iniciativa privada tem reduzido as perdas. A monofasia da gasolina, modelo em que o 1CMS é recolhido apenas uma vez, na refinaria ou importação, já embutido no preço, reduziu fraudes fiscais.

O dirigente conta que investigações recentes mostram que o crime organizado explorava outras brechas em etanol, como adulteração, fraudes em bombas e uso de fintechs, onde a monofasia não consegue atuar. A importação de nafta é outra porta aberta para irregularidades no setor. O insumo é usado como gasolina sem o recolhimento adequado de **impostos**, o que gera evasão fiscal de R\$ 1,60 por litro, resultando em perda bi-lionária para os cofres públicos. Esse diferencial tributário cria uma vantagem competitiva artificial, que distorce o mercado e favorece a atuação de empresas devedoras e abre espaço para a inserção do crime organizado no setor.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

PL do devedor contumaz terá trava contra uso de laranjas" em óleo e gás

Caetano Tonet e Gabriela Guido De Brasília

Após a megaoperação visando a desmantelar esquemas de fraudes e de lavagem de dinheiro no setor de combustíveis com infiltração de integrantes da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), o relator do projeto que estabelece a figura do devedor contumaz, senador Efraim Filho (União-PB), incluiu na proposta um mecanismo para evitar o uso de "laranjas" pelo setor de óleo e gás.

Ele acredita que a megaoperação realizada na quinta-feira (28) dará "o empurrão" necessário para o avanço da matéria, que está travada na Casa desde o ano passado. Segundo Efraim, o parecer está pronto para ser votado em plenário.

"Acho que agora vai andar. [A megaoperação] foi o empurrão que faltava. É queda de avião, não dá para esconder, está exposto", afirmou Efraim ao Valor.

Visando a combater o uso de empresas falsas de combustível para a lavagem de dinheiro pelo crime organizado, o projeto obriga a Agência Nacional de Petróleo (ANP) a estabelecer um capital social mínimo para as atividades do setor de combustíveis. O texto também irá exigir a comprovação da origem lícita dos recursos financeiros aportados e da identificação do real titular da pessoa jurídica.

"Isso que aconteceu hoje é o caso da empresa casca de ovo. Ela nem tem CPF, porque é feito em nome de laranjas, não tem patrimônio conhecido e é concebida para a prática do crime. Ela já nasce vazia, ela só tem o plano formal, pratica o crime e depois é fechada. O que nós estamos fazendo? Especificamente para o setor de óleo e gás, nós vamos aumentar o sarrafo do aporte de capital. Você não vai poder abrir uma empresa no setor só no plano do papel", explicou.

O texto relatado por Efraim estabelece o Código de Defesa do Contribuinte, incluindo nele a criação da figura do devedor contumaz - aquele que deve pelo menos R\$ 15 milhões em **tributos** de forma reiterada,

substantial e injustificada. Efraim ressalta que o seu relatório deixará claro a diferença entre a contumácia e a inadimplência, de forma a não punir de forma indevida aqueles que devem por conta de problemas econômicos circunstanciais.

Mais cedo, ao participar de entrevista para tratar da megaoperação, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que esse relatório contemplou a **Receita Federal** no seu parecer e que o projeto pode ajudar no combate do crime organizado. "O último texto que ele [Efraim] nos mandou contempla a **Receita Federal**. Isso seria de grande valia também, porque existe um expediente utilizado pelos criminosos, que é o de abrir e fechar o CNPJ. E você, com a tipificação do devedor contumaz, você vai poder impedir que esse esquema continue operando", acrescentou.

O relator também vai propor que devedores já identificados como contumazes não sejam beneficiados pela regra de extinção de punibilidade por meio de pagamento integral da dívida. Hoje, quando o débito é integralmente pago, deixa de existir a possibilidade de punição do devedor.

Na visão de Efraim, esse término da punibilidade permite que o devedor contumaz feche o CNPJ e pague o que deve, fazendo com que a investigação a respeito de sua atuação também seja cessada.

"No direito tributário, se você faz o pagamento [da dívida], se extingue a punibilidade. E aqui [no caso do devedor contumaz], como tem essa interligação com crime organizado e organizações criminosas, se você for identificado como devedor contumaz o pagamento do valor não é livre para que a investigação possa continuar", disse o senador.

De acordo com o relator, estudos apontam que o país deixa de arrecadar em torno de R\$ 200 bilhões com a sonegação de **tributos** por devedores contumazes que, segundo ele, são cerca de 1.200 empresas. Efraim estima que a aprovação da proposta dará à União um aumento de até R\$ 30 bilhões na arrecadação.

"Tem um estudo que mostra 1.200 CNPJs que devem R\$ 200 bilhões à Receita. A vantagem desse projeto é que ele faz com que o Brasil consiga arrecadar mais sem precisar aumentar o imposto. A conta que eu faço é de R\$ 20 bilhões, até R\$ 30 bilhões".

Efraim espera que o governo federal mobilize a base para o avanço do texto. No ano passado, o então

presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), retirou o projeto da pauta a pedido do líder do governo na Casa, Jaques Wagner (PT-BA). Depois disso, o relator alinhou pontos com a Fazenda para que a matéria pudesse avançar.

Segundo o Valor apurou, contudo, o foco do governo com as operações de quinta-feira será viabilizar o avanço da PEC da Segurança, enviada pelo Ministério da Justiça e que está na Câmara dos Deputados.

Também na quinta-feira, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, defendeu o avanço do projeto sobre devedor contumaz e afirmou a jornalistas que a medida é "mais um instrumento" para conter o crime organizado. (Colaborou Lilian Venturini, de São Paulo)

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Pagamento de precatórios leva a rombo de R\$ 59 bi

Guilherme Pimenta e Ruan Amorim De Brasília

O pagamento de uma torre de precatórios superior a R\$ 60,5 bilhões influenciou o resultado das contas públicas de julho, um déficit primário de R\$ 59,1 bilhões. Foi o segundo maior rombo da série histórica, conforme divulgado ontem pelo Tesouro Nacional.

Ainda assim, no acumulado dos primeiros sete meses do ano, o déficit primário é menor quando comparado ao mesmo período do ano passado: em 2024, de janeiro a julho, as contas públicas registraram um rombo de R\$ 76,2 bilhões, ante R\$ 70,2 bilhões este ano.

Com o pagamento da torre dos precatórios, foram influenciadas as despesas de pagamentos previdenciários, que cresceram 26,8% no período, além pessoal e encargos sociais, que registrou alta de 17,9%, sempre em termos reais na comparação com julho de 2024.

Além dessas rubricas, cresceram no mês de julho os gastos da Complementação da União no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com alta de 25,2%, bem como despesas com Subsídios, Subvenções e Proagro (49,8% acima). O Benefício de Prestação Continuada (BPC), uma das principais preocupações fiscais do governo, por sua vez, subiu 10,9% no último mês. Assim, as despesas cresceram 28,3% no mês passado. No ano, a alta foi de 2%.

Já as receitas líquidas, em julho, cresceram 3,9%, puxadas principalmente pelo Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), com alta de 15,7% em comparação ao ano passado. No acumulado do ano, a arrecadação líquida registrou alta de 3% até julho.

"Tudo mais constante, o resultado ao final do ano tende a ser melhor do que o ano anterior", disse o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, em entrevista coletiva, para detalhar os números.

A meta de resultado primário para este ano é novamente de déficit zero, mas pode ser negativa em até 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB), o equivalente R\$ 31 bilhões. No último Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, de julho, o governo

estimava fechar o ano com um déficit de R\$ 26,3 bilhões. Em 2024, o déficit foi de R\$ 11 bilhões. A estimativa para 2025, no entanto, não leva em conta o em-poçamento de recursos, que são os montantes que ficam parados no fim do ano nos ministérios e órgãos e que ajudam a melhorar o resultado primário. Parte dos gastos com precatórios são legalmente excluídos desse cálculo e da meta fiscal a ser cumprido.

No segundo semestre, Ceron pontuou, a execução orçamentária deve ser mais favorável à União, já que essa é a tendência anualmente. Dessa forma, a equipe econômica prevê ficar mais perto do centro da meta do que do limite inferior do arcabouço fiscal.

Questionado, o secretário do Tesouro não quis antecipar detalhes o Orçamento de 2026, que será encaminhado hoje ao Congresso Nacional com meta de superávit de 0,25% do PIB. Ele se limitou a dizer que a peça "está em linha com o que foi planejado, com receitas suficientes para cumprimento das metas fiscais". Ceron também disse que todas as despesas estão incorporadas, como Auxílio Gás e Pé-de-Meia.

**

Gasto com BPC, uma das principais preocupações fiscais do governo subiu 10,9%

Site: <https://valor.globo.com/impresso>